

VALDEMIR PIRES

FINANÇAS PESSOAIS
FUNDAMENTOS E DICAS

Edição do autor
Piracicaba SP – 2007

Copyright © 2006 de Valdemir Pires

PIRES, VALDEMIR

Finanças Pessoais
Fundamentos e Dicas

Pires. – Piracicaba: Editora Equilíbrio, 2006. 114 p.

1. XXXXX XXXXXXXX XXXX.
2. XXXXX XXXXX XXXXX XXXX.

CDD Xx:xxxx(Xxx.xxPI)
ISBN XXXX XXXX XXX-X

FICHA CATALOGRÁFICA
XXXXXX XXXXXX

PRINTFIT SOLUÇÕES

COORDENAÇÃO
Carlos Terra

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Alex Camargo

REVISÃO GRÁFICA
Juraci Vitti

CAPA
XXXXX XXXXXXXXXX

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
PRINTFIT SOLUÇÕES

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, por qualquer processo, sem a permissão do autor. É proibida a reprodução por xerox.

Compras ou pedidos para distribuição (através de) pelo e-mail vapires@terra.com.br ou pelo telefone (19) 3414 3106. Pagamento por depósito bancário em conta que será informada. Envio pelo correio, para o endereço indicado pelo adquirente.

Home page do autor: <http://planeta.terra.com.br/negocios/valdemirpires> - informações sobre o autor, seus livros e atividades; artigos on line e mais dicas sobre finanças pessoais.

Críticas e sugestões são desejadas. Envie vapires@terra.com.br

*Para Clarice Bonatto Monteiro e
Manoel Monteiro Neto,
por terem criado, com pouco mas sabiamente,
Regina Maria, amor da minha vida,
que me deu Bruno, amor das nossas.*

SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	<i>9</i>
<i>I FUNDAMENTOS DAS FINANÇAS PESSOAIS.....</i>	<i>11</i>
1 <i>Objeto e objetivo das finanças pessoais</i>	<i>12</i>
2 <i>A natureza e a lógica do dinheiro.....</i>	<i>17</i>
3 <i>A situação financeira ideal.....</i>	<i>27</i>
4 <i>Planejamento e controle das finanças pessoais</i>	<i>36</i>
5 <i>A fonte das receitas nas finanças pessoais.....</i>	<i>53</i>
6 <i>Mercado, família e finanças pessoais</i>	<i>59</i>
<i>II DICAS.....</i>	<i>65</i>
1 <i>Principais despesas e suas características</i>	<i>66</i>
2 <i>Investimentos pessoais e familiares</i>	<i>85</i>
3 <i>Impostos, contribuições e tarifas</i>	<i>93</i>
4 <i>Crédito e dívidas.....</i>	<i>95</i>
5 <i>Aplicações financeiras e aposentadoria</i>	<i>98</i>
6 <i>Direitos do consumidor e do investidor</i>	<i>104</i>
7 <i>Bibliografia sobre finanças pessoais e assuntos conexos</i>	<i>107</i>
8 <i>Finanças pessoais e assuntos conexos na internet.....</i>	<i>112</i>

*O dinheiro é como um sexto sentido
sem o qual não podemos fazer uso
completo dos outros cinco.
(W. Somerset Maugham 1874-1965)*

*O dinheiro é bom servidor,
mas mau senhor. (Provérbio latino)*

INTRODUÇÃO

Este livro parte de uma premissa: a vida numa sociedade mercantil e baseada em moeda ou dinheiro, como a atual (que não dá mostras de que irá mudar tão logo), obriga todo e qualquer indivíduo a tornar-se, a partir de certa idade, **financeiramente viável** (ter capacidade de compra). Para isso, cada um deve se tornar **economicamente viável**, ou seja, prover-se da capacidade de oferecer algum bem ou serviço útil aos outros e que seja trocável por dinheiro (vendável). Enquanto assim funcionar a sociedade, enquanto o elemento mercantil for determinante nas relações econômicas, a clareza de objetivos econômico-financeiros, o domínio de instrumentos para atingi-los e a atenção constante aos aspectos econômicos, monetários e financeiros da vida fará algumas pessoas ricas ou pelo menos bem providas dos bens e serviços necessários à satisfação de suas necessidades e desejos, enquanto que o descuido com estes aspectos condenará muitos à pobreza, não por falta de oportunidade, mas por pura ignorância.

O objetivo deste livro é contribuir para a diminuição da pobreza gerada pela ignorância da lógica mercantil-financeira, que atinge tantas pessoas. Não é um livro de auto-ajuda que promete milagres ou se pauta pelo apelo à descoberta de potenciais adormecidos; não chega a afirmar que só é pobre quem quer ou que o conhecimento é suficiente para pôr fim a toda pobreza. Apenas se propõe a elevar o nível de cultura financeira das pessoas, usando para isso uma linguagem que procurou ficar a meio caminho entre o técnico e o popular, linguagem não tão hermética quanto a acadêmica, mas também não tão simplificada quanto a coloquial.

Trata-se, em suma, de um esforço para ajudar as pessoas e famílias na busca de maiores níveis de bem-estar a partir do melhor

uso dos recursos de que dispõem e de que podem vir a dispor. Originou-se da incômoda percepção do autor de que a grande maioria das pessoas “mete os pés pelas mãos” quando lida com dinheiro – percepção essa obtida pelas sua prática de aconselhamento financeiro familiar e da concessão de entrevistas sobre o assunto para periódicos e emissoras de rádio e TV. Baseia-se na experiência do autor, tanto pessoal como profissional, e nos seus estudos em Economia, utilizados também no oferecimento de disciplinas em cursos de graduação e pós-graduação.

O público-alvo do livro é aquele constituído por pessoas que desejam melhorar sua condição financeira por meio de uma melhor administração de suas disponibilidades e da percepção de que podem ampliar essas disponibilidades. Este público se situa principalmente entre famílias de classe média (baixa e alta), que possuem um patamar mínimo do qual partir. Para os mais ricos, também serve, mas estes devem ter profissionais remunerados para cuidar de seus interesses financeiros (ou, sem ajuda ou dedicação pessoal ao assunto, estão correndo sérios riscos). Para os mais pobres, este livro também pode ser de alguma ajuda, mas teme-se que o que deva ser a eles recomendado tenha que ser escrito de outro modo e com um conteúdo mais amplo do que o que foi possível desenvolver aqui.

A primeira parte do livro trata dos fundamentos das finanças pessoais; a segunda, ocupa-se com dicas, conselhos, sugestões tópicas, organizadas por áreas estruturantes e temas. Juntas, oferecem ao leitor uma visão de assuntos que ele provavelmente já conhece, mas a respeito dos quais dificilmente pára para pensar de forma sistemática, perdendo com isso a oportunidade de obter melhor performance no uso de seus recursos. Essa característica tornará a leitura fácil, rápida, agradável e proveitosa, espera-se. Leituras mais complexas são indicadas para quem as desejar, assim como portais, *sites* e *home pages*. Na *home page* do autor (<http://planeta.terra.com.br/negocios/valdemirpires>), novas dicas são oferecidas.

I

FUNDAMENTOS DAS FINANÇAS PESSOAIS

Nesta parte são apresentados os conceitos básicos que devem ser dominados por quem deseja melhorar a performance no uso dos recursos financeiros, compreendendo a lógica do dinheiro e conhecendo os principais instrumentos para dela tirar proveito. A capacidade pessoal de realização do indivíduo é identificada como a principal fonte de receitas nas finanças pessoais.

OBJETO E OBJETIVO DAS FINANÇAS PESSOAIS

Nas grandes empresas, a obtenção e o uso de recursos financeiros, entendidos como meios fundamentais para atingir os objetivos dos negócios, ao menor custo possível, é uma atividade específica, demandando uma estrutura própria e o domínio de uma habilidade específica de gestão fundada na teoria das finanças. O mesmo ocorre nos governos, delimitando o campo das finanças públicas. Para ambos os casos, desenvolveu-se ao longo do tempo um conjunto de axiomas e preceitos tão complexos que gerou um vasto campo de atuação profissional: diretores financeiros secretários/ministros das finanças são cargos de alto relevo na sociedade atual. De modo que os assuntos financeiros de empresas, governos e outras instituições, com ou sem fins lucrativos, ficam sob cuidados de especialistas.

No caso das pessoas físicas, indivíduos e famílias, entretanto, não se observa um desenvolvimento correspondente de instrumentos para a lida com as condições de financiamento. Os muito ricos podem dispor de serviços profissionais tão sofisticados quanto os utilizados por empresas; os demais devem se contentar com dicas e conselhos tópicos, tomando decisões financeiras sem estarem suficientemente conscientes da lógica que rege o mundo das finanças.

É por isso que tratar as finanças pessoais como uma área de conhecimento sistemático e transmissível, no âmbito da ciência econômica, é uma necessidade contemporânea. Necessidade essa que se torna tão mais imperiosa quanto mais cada indivíduo vai se tornando uma unidade produtiva autônoma na sociedade do conhecimento, um detentor de capital humano (habilidades, co-

nhecimentos e capacidades adquiridos, geralmente por meio de estudos, aplicáveis à geração de bens e serviços) que se associa aos detentores de outros tipos de capital (físico, financeiro etc.) para agregar riquezas que serão divididas entre si. Trata-se, pode-se dizer, de um retorno à economia no sentido grego da palavra, ligado à casa (*oikos*), casa essa que era uma unidade de organização das condições materiais de existência, diferentemente de hoje, em que a empresa ocupou este lugar, puxando para si o centro das atenções da teoria econômica.

As finanças pessoais têm por objeto de estudo e análise as condições de financiamento das aquisições de bens e serviços necessários à satisfação das necessidades e desejos individuais. Numa economia baseada em moeda e crédito, as finanças pessoais compreendem o manejo do dinheiro, próprio e de terceiros, para obter acesso às mercadorias, bem como a alocação de recursos físicos (força de trabalho e ativos pertencentes ao indivíduo) com a finalidade de obter dinheiro e crédito. Como ganhar bem e como gastar bem, em síntese, é o problema com que lidam as finanças pessoais.

Numa sociedade mercantil (baseada em trocas) e monetizada (baseada em moeda) cada pessoa é diariamente obrigada a realizar uma enorme quantidade de compras para abastecer-se do que precisa para viver; em contrapartida, deve realizar vendas (mesmo simplesmente de força de trabalho) em volume compatível com o necessário para equilibrar a relação com seus fornecedores – a forma de obter este equilíbrio é o centro das preocupações da finanças pessoais.

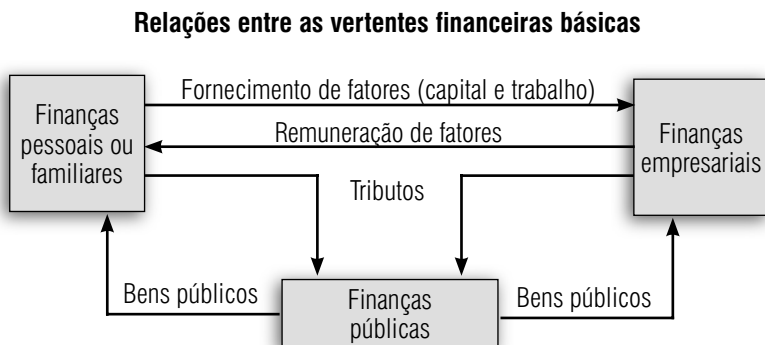
As finanças de uma família seguem a mesma lógica das finanças pessoais, com a diferença de que consideram a soma de indivíduos (cônjuges, com ou sem filhos) ao invés de apenas o singular. Quando só um deles tem fonte de renda, os demais são dependentes e as finanças pessoais do que auferir renda devem ser geridas de modo a satisfazer as necessidades e desejos de todos. Quando mais de um tem renda, torna-se possível ratear as despesas do conjunto.

Cada um dessas duas situações coloca problemas diferentes em termos de responsabilidades e poder decisório, mas está-se diante do mesmo dilema: como cada indivíduo acessa a riqueza necessária para satisfazer-se. Ou seja, as finanças familiares têm o mesmo fundamento que as finanças pessoais, complicando-se apenas o traçado da política financeira, na medida em que as finanças familiares podem ter mais que um centro decisório.

As finanças pessoais são diferentes das finanças empresariais, não por serem menos complexas ou por terem objetivos distintos (ambas visam maximização de posição – maior benefício com menor custo), mas essencialmente pela natureza dos objetivos. Enquanto as finanças pessoais têm um objetivo não mensurável, situado no campo da subjetividade (a satisfação das necessidades e desejos), a empresa visa o lucro (mensurável e, portanto, passível de tratamento não ambíguo). Na empresa, a tarefa do administrador financeiro é ajudar na busca de ganhos para proprietários e acionistas (a empresa é um meio para objetivos originados nos indivíduos); na esfera familiar ou individual, o administrador financeiro tem por incumbência a satisfação direta e imediata dos interesses desses indivíduos. O dinheiro de uma pessoa ou família serve para sua sobrevivência e desfrute; o dinheiro de uma empresa serve para sustentar suas atividades que, por sua vez, interessam porque geram dinheiro. A empresa é lugar de acumular; a família é o lugar de gastar (embora deva poupar no presente para ter o que gastar no futuro).

As finanças pessoais e as finanças empresariais se distinguem das finanças públicas, que têm o objetivo de auxiliar na satisfação de necessidades coletivas. As duas primeiras se relacionam com a última por meio da tributação (que representam saídas para as finanças pessoais e empresariais e entradas para as finanças públicas) e por meio das políticas públicas (gastos públicos visando o benefício coletivo). As três vertentes financeiras básicas se relacionam entre si, num sistema de vasos comunicantes, como representado no diagrama 1.

Diagrama 1:



Entre as finanças pessoais ou familiares e as finanças empresariais, a troca que se estabelece considera, de um lado (na direção das famílias para as empresas) os fatores produtivos detidos pelos indivíduos (terra, trabalho, capacidade empresarial, capital físico, capital financeiro) e de outro (na direção inversa, das empresas para as famílias) a remuneração pelo uso desses fatores (respectivamente aluguéis, salários, lucros e dividendos, juros). Entre as finanças privadas (pessoais/familiares e empresariais) e as finanças públicas a troca se dá via tributação (paga pelas pessoas, famílias e empresas na forma de impostos, taxas e outros tipos de contribuição, a maior parte delas compulsórias) e oferecimentos de bens e serviços públicos por meio da administração pública e das políticas públicas.

O objetivo das finanças pessoais é assegurar que:

- as despesas do indivíduo (ou família) sejam sustentadas por recursos obtidos de fontes sobre as quais tenha controle, de modo a garantir a independência de recursos de terceiros, que têm custo e às vezes estão indisponíveis quando mais se precisa deles;

- as despesas sejam distribuídas proporcionalmente às receitas ao longo do tempo (em outras palavras, que haja adequada combinação entre consumo e poupança);
- sendo inevitável a utilização de recursos de terceiros, que sejam tomados ao menor custo e pelo menor tempo possíveis (ou seja, que se fuja dos juros mais que o diabo da cruz);
- as metas pessoais possam ser atingidas mediante a compatibilização entre o querer (necessidades e, principalmente, desejos) e o poder (capacidade de compra): ou aumentasse o poder ou se reduz o querer, o que requer decisões e ações planejadas;
- o patrimônio pessoal cresça ao máximo, ampliando a independência financeira e a necessidade de trabalhar para terceiros ou tomar recursos emprestados para finalidades de consumo.

Enriquecer é a primeira máxima das finanças pessoais. Não empobrecer é a segunda. Independência financeira é o grande objetivo; redução da dependência financeira é o segundo melhor. E não pode haver acanhamento ou temor ao estabelecer este objetivo, a não ser que os meios a serem utilizados sejam inaceitáveis.

Para atingir os objetivos das finanças pessoais é preciso conhecer a lógica do dinheiro e do mercado, ou seja, os fundamentos das finanças pessoais. Conhecendo-os, as pessoas e famílias podem se libertar dos conselhos e dicas dados a conta-gotas pelos especialistas, nos jornais, revistas, TV e em seus consultórios.

A NATUREZA E A LÓGICA DO DINHEIRO

O obter dinheiro não é fácil. Obter, conseguir – note-se – e não ganhar, pois dinheiro não se ganha, a não ser em situações muito específicas, que não se repetem com a regularidade que se poderia desejar (heranças, prêmios, presentes, mesadas, por exemplo). E se fosse fácil ganhar dinheiro, ele não valeria tanto. Na verdade a grande qualidade do dinheiro é sua escassez. É esse atributo que o faz objeto de desejo e instrumento de mobilização de trabalho e recursos, juntamente com um outro: o atributo de equivalente geral (condição pela qual o dinheiro é aceito como contrapartida em qualquer troca, diferentemente de outros bens).

Dinheiro não é riqueza, propriamente: é poder de comando sobre ela. Riqueza é um conjunto de bens e serviços que satisfazem necessidades e desejos. Ter esses bens ou poder de comando sobre eles (dinheiro) faz alguém rico. É por isso que embora dinheiro não seja riqueza, quem tem dinheiro é rico: numa situação ou noutra o acesso ao que interessa é assegurado. Não há contradição: desde que existam bens que possam ser comandados pelo dinheiro, ele acaba se tornando a própria medida da riqueza. Do contrário (na indisponibilidade de bens a serem comandados), porém, alguém com muito dinheiro seria considerado pobre.

O dinheiro não tem valor em si, sendo um meio. Tempo houve em que se tentou lastreá-lo com, por exemplo, metais preciosos. Cada nota ou moeda valeria uma proporção do estoque de ouro disponível para honrá-la. Havendo um estoque de uma tonelada de ouro e emitindo-se mil notas, cada uma valeria um quilo de ouro; se fossem emitidas duas mil notas, cada uma passaria a valer apenas meio quilo e assim por diante. Mas isso é

passado e mesmo quando vigorou não funcionou tão bem como a teoria preconizava. Hoje o dinheiro é fiduciário, ou seja, baseado na confiança. Não há lastro. E, mais do que isso, está cada dia mais deixando de ser físico para tornar-se virtual, seja porque é movimentado por meio de contas bancárias (um jogo de números que se compensam), seja porque está virando plástico (cartões que movimentam contas em tempo real e sem a mediação de pessoas, como caixas e gerentes). A cada segundo uma quantidade enorme de dinheiro passa sobre a cabeça de todos, na forma de ondas enviadas e captadas por satélites. Ficou ainda mais difícil “pegar” o dinheiro.

O dinheiro tem sua própria lógica. Desrespeitá-la tem consequências empobrecedoras. Respeitá-la é condição necessária, embora não suficiente, para enriquecer. Sem respeitar a lógica do dinheiro ninguém fica rico, mas desrespeitando-a fica pobre com certeza. O dinheiro é assim: sovina e severo. É preciso muita cautela para lidar com ele. E não adianta querer bancar o esperto.

O essencial da lógica do dinheiro é bastante simples. Difícil é respeitá-la na prática e dela tirar proveito, pois esse respeito proveitoso significa, na verdade, a aceitação de regras sociais e o estabelecimento de uma rede de cooperação interpessoal em que cada um dá o que tem e recebe o que precisa. Uma pessoa trabalha numa indústria e recebe salário (obtem dinheiro com suas habilidades e energia), vai à feira e compra comida e depois vai à boutique e compra roupas. Os donos da feira e da boutique e seus funcionários recebem o dinheiro pago pelo industrial e fazem por sua vez suas compras. Eis a rede de cooperação; eis as trocas que permitem a cada um ter o que precisa e oferecer o que tem. Cada um reteve e soltou o dinheiro quando achou mais conveniente, assim como aproveitou a chance que teve para conseguir dinheiro adicional. Simples assim, do ponto de vista lógico. Mas do ponto de vista da realidade em movimento e cheia de interesses em conflito, obedecer esta lógica é algo que exige disciplina: por que o industrial se contentou com tão

pouca comida e com roupas de tão baixa qualidade? Ele não poderia conseguir roupas melhores sem fazer uso do dinheiro? Não poderia comprar a prazo, por exemplo? Poderia, mas como ficaria o seu futuro? Seria um futuro com menos comida e menos roupas. A não ser que começasse a trabalhar de vigia noturno para conseguir o dinheiro para pagar as contas.

A lógica do dinheiro é assim: fácil de entender, difícil de obedecer, pois se trata de uma lógica artificial, socialmente estabelecida, que força os indivíduos à obediência a uma lógica natural: a da escassez de bens e serviços face à ilimitada demanda por esses mesmos bens e serviços. Mais hoje, menos amanhã; mais disso, menos daquilo.

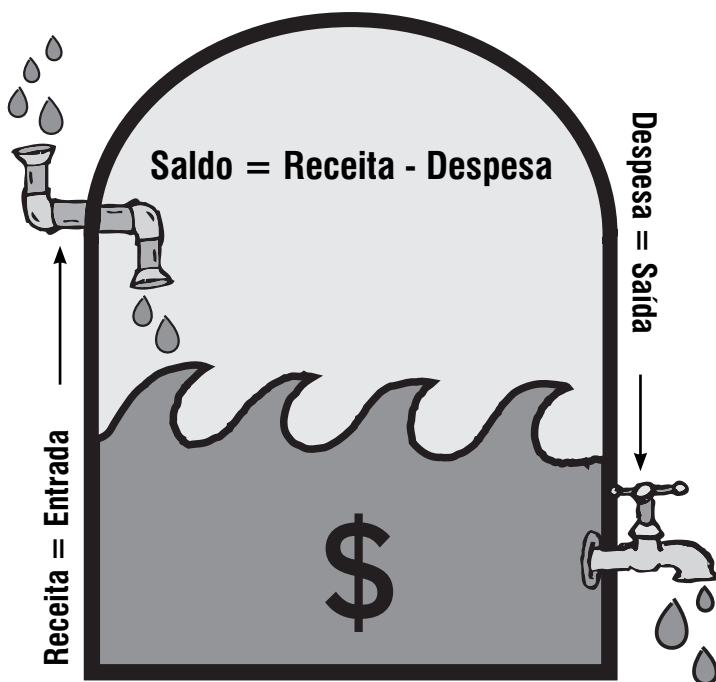
Algumas pessoas passam a vida inteira sem compreender a lógica do dinheiro. Outras a entendem cedo e muito bem e, tendo oportunidade, se aproveitam da ignorância de quem é dela portador. Ignorância tem elevado custo na lida com o dinheiro; conhecimento gera oportunidade (não necessariamente ligada ao abuso frente à ignorância alheia).

O elemento essencial para captar a lógica financeira do mercado e das relações econômicas é o conceito de liquidez, pois o objetivo central da administração financeira é manter essa variável-chave em níveis satisfatórios. A liquidez, por sua vez, está relacionada ao saldo em dinheiro. Liquidez plena e total é dinheiro na mão; valores recebíveis no horizonte de curto prazo é liquidez de menor qualidade; quanto maior a distância entre o presente e a data de recebimento, pior a liquidez.

Liquidez é um tipo específico de saldo (saldo em dinheiro). Saldo é receita menos despesa. Só se controla saldo (e liquidez) controlando-se receita e despesa. Eis a chave. É como se tivesse que haver um reservatório de dinheiro (como o de água) que tivesse que se manter cheio até um certo nível, enquanto dinheiro (e água) entra e sai, como indica o diagrama 2.

Diagrama 2

Liquidez financeira – metáfora do reservatório de água



O que fica no reservatório de água (estoque) depende de dois fluxos: do que entra (vindo do sistema de abastecimento) e do que sai (pelas torneiras da casa). Supondo-se uma caixa d'água com um estoque anterior, ele será diminuído se o fluxo de entrada for menor que o fluxo de saída, e aumentado se ocorrer o contrário (entrada maior do que saída). O conveniente é sempre manter o reservatório cheio. Substituindo o reservatório pela carteira de dinheiro de um pessoa ou de uma família, pode-se chegar à mesma conclusão que se chegou com respeito à água para o dinheiro. Todas as vezes que estiver realizando uma despesa, a pessoa deve avaliar o impacto que terá sobre o saldo. Deve se preocupar se o

estoque de dinheiro estiver baixo, assim como se preocupa quando o estoque de água ameaça ser insuficiente. Essa figura é simples, mas determinante para a gestão das finanças pessoais. Ela será aperfeiçoada ao longo deste capítulo para se entender situações mais complexas do que esta básica.

Receita, despesa, saldo, liquidez: conceitos fundamentais em finanças que a metáfora do reservatório d'água permite compreender muito bem. É possível avançar outros: os de poupança e de superávit/déficit (resultados/saldos positivo ou negativo).

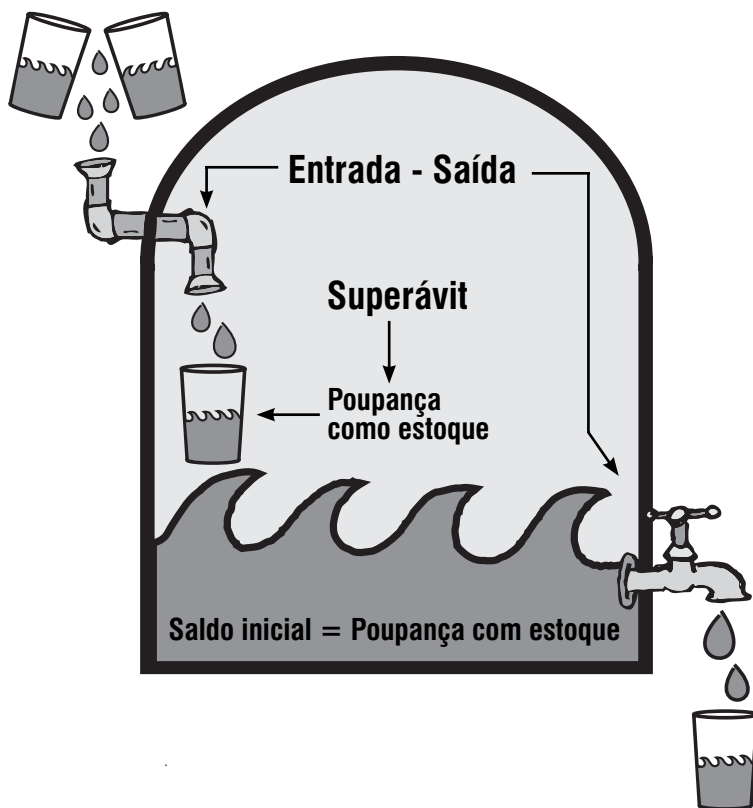
Alguém que não tenha reservatório de água fica sujeito a não dispor do precioso líquido se a água encanada é repentinamente cortada. É por isso que não há boa casa sem este equipamento. Alguém que não tenha poupança (um estoque reservado de dinheiro) corre risco similar: fica sem dinheiro se perder a fonte de renda (fluxo de receita vindo, por exemplo de salário). Reservas são necessárias para imprevistos. E, como se verá mais adiante, podem ser preciosas para outras finalidades.

A reserva financeira (poupança) pode ser vista sob os aspectos de estoque e de fluxo. Aquela quantia de água, mencionada anteriormente, que estava no reservatório (saldo inicial) antes do resultado entre os fluxos de entrada e de saída fazerem com que diminuísse ou aumentasse é uma poupança (água/dinheiro que entrou e não saiu no período anterior). Trata-se de um estoque de poupança. Por outro lado, a diferença a maior entre o fluxo de entrada e o de saída também é uma poupança, mas na forma de fluxo. Enquanto tal, ela é um superávit.

Resumindo: o saldo inicial positivo é uma poupança na forma de estoque; na medida em que o fluxo de entrada supera o fluxo de saída, ocorre um superávit, que é uma poupança na forma de fluxo que irá se incorporar ao estoque de poupança que constituirá o saldo positivo do período seguinte. A situação ideal para as finanças pessoais é obter essa seqüência, com a liquidez sempre aumentando, conforme o ilustrado no diagrama 3.

Diagrama 3

Poupança como estoque e como fluxo (superávit)

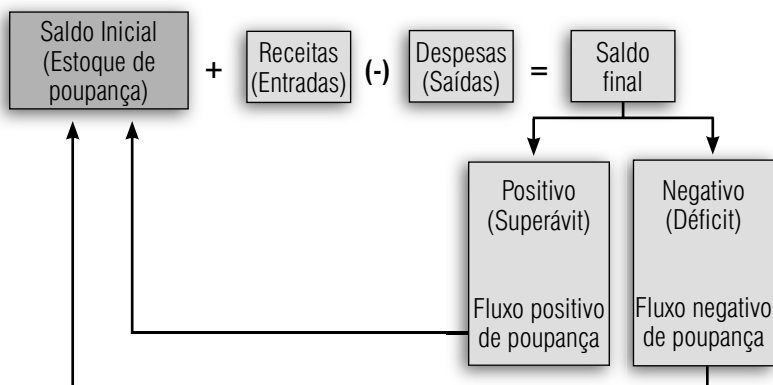


Se ao invés de entradas maiores do que saídas ocorrer o contrário, o superávit se tornará déficit. Ele será compensado pelo estoque inicial positivo, caracterizando uma situação de dilapidação da poupança que, prosseguindo até esgotar essa poupança, gerará iliquidez, ou falta de condições para realizar pagamentos: tudo o que as finanças pessoais devem evitar com todos os esforços que puder empreender. Déficits num determinado momento devem ser compensados por superávits nos momentos seguintes.

Formalizando o até aqui explicado:

Diagrama 4

Receita, despesa e saldo: estoque e fluxo financeiros



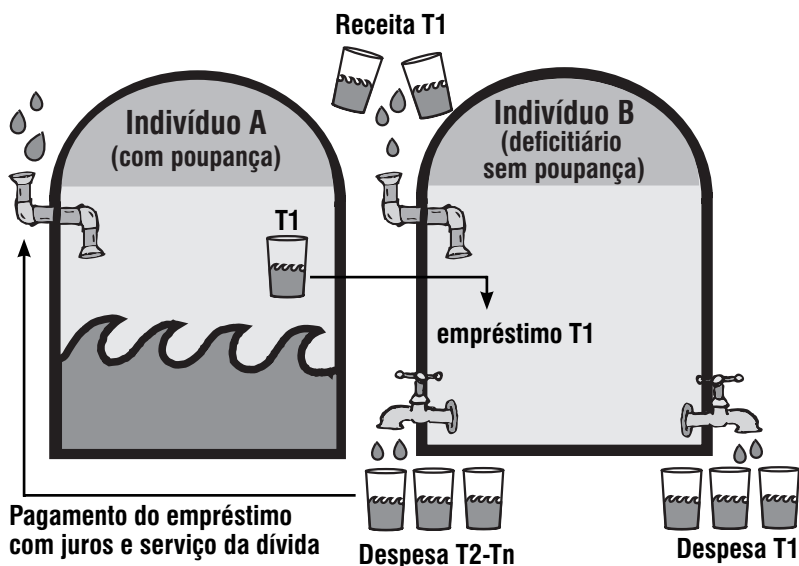
Persistindo fluxos negativos de poupança (déficits), o estoque de poupança se esgota e, persistindo ainda mais, advém o endividamento, que é o que leva à busca de acesso a poupança de terceiros como fonte de receita. Este acesso tem custo e limite.

Persistindo fluxos positivos de poupança (superávits), o estoque de poupança cresce, o que permite obter receitas a partir da exploração de ativos acumulados: com o dinheiro sobrando é possível emprestar a juros, construir casas para alugar, adquirir terrenos e papéis por preços baixos para vender quando o preço subir; especular, enfim, no sentido positivo da palavra. Essa situação positiva parece pôr em questão o uso da metáfora da caixa d'água que vem sendo feito até aqui, pois na caixa d'água, esta não se multiplica, não cresce; na de dinheiro, há crescimento, acumulação.

Na verdade a metáfora continua válida, conforme depreende-se do diagrama 5.

Diagrama 5

Rendimentos de ativos acumulados



O indivíduo A (com poupança) complementa a receita do indivíduo B (deficitário e sem poupança) no momento T_1 , concedendo-lhe um empréstimo para que possa fazer frente às suas despesas superiores à receita, num momento em que ele não tem disponibilidade nenhuma. Nesse momento T_1 , há uma saída de dinheiro das mãos do indivíduo A para as do indivíduo B. Mas a partir do momento T_2 até T_n (n sendo o número de meses necessários para pagar a dívida) ocorre um fluxo inverso: dinheiro sai das mãos de B para as de A, num volume superior ao que B havia recebido em T_1 , por conta de juros e serviços da dívida. Quer dizer, A teve sua poupança aumentada por meio do acesso às receitas futuras de B. B, na verdade, passou a trabalhar para A sem ser seu empregado. É assim que o dinheiro se multiplica na caixa de recursos financeiros, o que não acontece na caixa d'água. De fato ele não cresce,

dinheiro de uma outra caixa é transferido para a do fornecedor de empréstimo, que nada mais é, previamente, do que um poupador. Os sistemas bancários e financeiros se encarregam de agilizar essas transferências, atuando como ponte entre unidades deficitárias e superavitárias. Não há o milagre da multiplicação, mas transferência de rendas. Um lado se beneficia, o outro perde. Para não perder para o lado pior – do perdedor – o indivíduo deve manejar suas finanças atento para os riscos e perigos. Há pessoas que passam grande parte de suas vidas trabalhando para pagar juros. É isso que permite que umas poucas pessoas vivam sem trabalhar... Quem tem escolhas deve fazer a correta; quem não tem, deve fazer o máximo de esforços para passar a ter alguma. Duro assim. Importante saber, para não ficar à espera de milagres ou da sorte.

E quanto à evaporação da água, que diminui o estoque no reservatório? Também há paralelo no caso financeiro. O dinheiro perde valor no tempo se ficar parado, diminui. Por isso toda “caixa d’água” financeira deve ter seus níveis reparados por gotículas aspergidas a partir das aplicações financeiras na forma de correção monetária. O retorno das aplicações feitas deve ser sempre superior à variação dos índices de preços, para que não se tenha um crescimento ilusório do dinheiro. Por não entenderem isso, havia pessoas, no período de alta inflação, que pensaram que poderiam viver de renda, retirando mensalmente o total creditado, sob a forma de rendimentos, nas cadernetas de poupança abertas com dinheiro obtido com a venda do único imóvel de que dispunham. O que aconteceu foi que ficaram sem dinheiro e sem casa, pois o correto teria sido retirar apenas os juros mensais (0,5 % ao mês sobre o saldo, no caso das cadernetas de poupança). O restante do rendimento era apenas para fazer com que o dinheiro tivesse seu valor acompanhando o ritmo da inflação. Não se pode sacar o valor da correção monetária se deseja-se manter o dinheiro intocado, apenas os juros.

A inflação é um fenômeno estritamente financeiro. Se a totalidade dos preços ou, como dizem os economistas, o nível geral de

preços, está aumentando, pode-se dizer que o preço da moeda ou o poder de compra do dinheiro está caindo, em termos relativos: será necessário mais dinheiro para adquirir qualquer bem ou serviço. Para se defender, o detentor de dinheiro deve conseguir aumentar seu montante em percentual igual ou superior à variação média dos preços, medida por um índice de inflação. Do contrário perderá poder de compra. Quando não é possível conseguir essa correção por meio de aplicações financeiras, a alternativa é alocar o dinheiro em ativos reais cujos preços estejam aumentando ou tendam a aumentar num prazo maior (imóveis, por exemplo).

A SITUAÇÃO FINANCEIRA IDEAL

A situação financeira ideal para um indivíduo ou família – objetivo definido pela teoria das finanças pessoais e perseguido pelas técnicas de gestão das finanças pessoais – é a que combina superávits sucessivos ao longo do tempo e um nível de poupança acumulada que ofereça segurança contra imprevistos e uma margem para fazer aplicações em ativos reais ou financeiros, para reforçar as receitas. É a situação explicada pelo diagrama 3. Entre ela e o que é possível a uma determinada pessoa há inúmeras outras possibilidades. Mas é importante ter clareza do máximo possível para avaliar até onde se chegou ou se pode chegar na prática.

Na situação financeira ideal as receitas são sempre maiores do que as despesas. Para chegar a esse ponto de equilíbrio há os seguintes caminhos:

1. aumento das receitas, mantendo constantes as despesas;
2. aumento das receitas mais que proporcionalmente às despesas, quando estas estão subindo;
3. redução das despesas, mantendo constantes as receitas;
4. aumento das receitas com redução simultânea das despesas.

Pode parecer que o melhor caminho é o 4º. Nele há pressões de ambos os lados (receita e despesa) para gerar superávits e níveis crescentes de poupança acumulada. Entretanto, é preciso não esquecer, nunca, que o controle das finanças não tem por objetivo fundamental elevar a poupança. O objetivo é manter o dinheiro sob controle para que proporcione satisfações ao indivíduo no presente, sem comprometer ou, se possível, melhorando, o bem-estar

futuro. O equilíbrio não está nos extremos. Assim, o correto é manejar as variáveis receita, despesa, resultado (déficit ou superávit) e poupança (acumulação) de modo sensato, não perdendo de vistas os objetivos pessoais ou familiares a serem perseguidos com a ajuda da boa administração financeira. Do contrário chegar-se-ia à absurda afirmação de que a situação financeira ideal é aquela em que se ganha muito mais e se gasta nada. Numa situação como essa, as pessoas são colocadas a serviço do dinheiro e não o contrário.

A boa gestão das finanças pessoais não deve somente impor sacrifícios. Ela deve levar o indivíduo a dominar o conhecimento e as técnicas que lhe permitem respeitar e aproveitar-se da lógica intrínseca do dinheiro para obter maior nível de satisfação de suas necessidades e desejos. Cortes de despesas e aumentos de receitas devem ser vistos como meios e não como fins em si mesmos. Quando um sacrifício é imposto (trabalhar mais quando se deseja lazer, ou gastar menos quando se deseja consumir), deve ser para que a ele sobrevenha um benefício. Economizar para pagar dívida traz como conseqüência maléfica consumir menos hoje e, como resultado benéfico, fugir dos juros e poder gastar mais no futuro. O indivíduo deve avaliar o custo e o benefício das alternativas – manter o endividamento ou reduzi-lo – e escolher a alternativa que para ele, de acordo com sua visão das coisas, é a melhor. Portanto, a boa gestão das finanças pessoais não é um assunto relacionado apenas a economia, contabilidade, dinheiro ou números. Envolve crenças, questões valorativas não mensuráveis, avaliações, visões de mundo.

Se alguém optou por melhorar sua condição financeira pela via do aumento das receitas, poderá fazê-lo trabalhando mais (fazendo “bicos” ou mantendo dois empregos, por exemplo) ou conseguindo melhor remuneração pelo seu trabalho, no emprego atual ou noutro que venha a conseguir. Na metáfora da caixa d’água, essa pessoa estará escolhendo entre colocar mais torneiras de entrada ou aumentar a vazão da torneira já existente, para que, constante a saída de água, sobre mais no recipiente.

A alocação eficiente dos recursos econômicos reais disponíveis (a capacidade de trabalho sendo um desses recursos) é uma das questões mais importantes para as finanças pessoais, já que aumentar receitas é uma alternativa que pode ser melhor do que cortar despesas. Se a fonte de renda de uma pessoa é o salário (sua fonte de receita é sua força de trabalho), a questão do emprego e da empregabilidade é para ela fundamental. Será sempre necessário qualificar-se (estudar, treinar) e articular-se (manter redes de contatos, acompanhar a evolução do mercado de trabalho) para ter acesso às melhores opções com a qualificação atual e para ampliar essa qualificação, com isso abrindo um leque maior de opções. A questão de fundo, aqui, é o aumento da produtividade do trabalho, por meio da constante qualificação – capital humano em crescimento, gerando melhores oportunidades de renda. Sim, porque não se deve contar com a sorte e/ou com o apadrinhamento para conseguir melhores empregos, embora para alguns poucos esses elementos sejam determinantes. Se a sorte ajudar, melhor; se ela não ajudar, a situação não será pior do que é possível conseguir com esforços e diligência.

É necessário considerar, na gestão das finanças pessoais, a oportunidade e, às vezes, a necessidade de mudar não só de emprego, mas também de profissão ou de tipo de inserção econômica (empregado, que vive de salário; empreendedor, que vive de lucro; rentista, que vive de juros ou dividendos). Isto porque uma das formas de aumentar a vazão da torneira de entrada, ou seja, de ampliar receitas, é aplicar melhor a capacidade e os talentos, disponíveis ou a obter.

Outra oportunidade muito interessante de melhorar a performance das receitas, que costuma ser negligenciada porque aparenta não estar ao alcance (embora de fato seja possível viabilizá-la com algum esforço) é a de constituir um fundo, com uma parte da poupança que se consiga fazer, para praticar a especulação financeira: ganhar dinheiro com dinheiro (sem o sentido pejorativo que se costuma dar à palavra especulação). Em última instância, essa prática permite a quem a adota ficar com parte do resultado

do trabalho e do empreendimento dos que tomam recursos emprestados para consumir ou investir. Essa prática permite, portanto, que se viva das atividades econômicas alheias. Quem tem gente a trabalhar para si, pode trabalhar menos para sustentar-se. Além disso, corre o risco positivo de obter ganhos extraordinários do mercado financeiro, embora corra também o risco contrário, de perder. Mas este último pode ser controlado com a gestão atenta das aplicações de acordo com as modalidades oferecidas pelo mercado financeiro.

Para aqueles que não apreciam ou não têm habilidade para viver de renda, a alternativa pode ser aproveitar a poupança acumulada para deixar de ser empregado, montando um negócio próprio. Um cuidado, entretanto, é necessário: um negócio exige dedicação. Ele deve, portanto, dar um retorno superior ao que poderia ser obtido simplesmente aplicando o dinheiro no mercado financeiro. A não ser que a pessoa aprecie muito a ação e os relacionamentos que o negócio envolva e os considere também recompensas. De fato isso pode acontecer: uma coisa é trabalhar como empregado, outra, como patrão. Principalmente para quem já foi empregado. “Ganho menos, mas me divirto”, afirmam alguns que fizeram a opção aqui mencionada.

Na situação financeira ideal as despesas são controladas para evitar déficits, dilapidação da poupança ou endividamento. As despesas são fontes constantes de pressão geradora de déficits e endividamentos, por uma razão muito simples: a satisfação das necessidades e desejos sempre requer mais recursos dos que os disponíveis. Satisfeitas as necessidades, sobrevivem os desejos, absolutamente ilimitados. Desejos acabam se tornando necessidades, por razões objetivas (acesso à TV, por exemplo, tornou-se necessidade numa sociedade em que comunicação de massa é um dos alicerces dos relacionamentos) ou subjetivas (quem gosta muito de música pode considerar o acesso a shows e gravações uma necessidade maior do que outras mais elementares).

Na contenção de despesas, o óbvio é eliminar as supérfluas. Mas cuidado é necessário para com isso não privar o indivíduo de prazeres que às vezes já são insuficientes para colorir a existência. Para alguns, é preferível fazer esforços para reduzir custos, por exemplo, com energia elétrica, água e telefone e manter a ida mensal ao teatro, do que ceder ao apelo fácil de considerar o lazer e a cultura como supérfluos. O que é supérfluo varia de pessoa para pessoa. Entretanto, difícil imaginar como regra que se prefira o corte da energia elétrica para assegurar a aquisição de um ingresso para o jogo de futebol. Elementos objetivos e subjetivos concorrem para as decisões de corte de despesas.

A seqüência mais perversa no campo das finanças pessoais é a seguinte, estando entre as primeiras a evitar:

1. receita menor que despesa (déficit);
2. uso da poupança para cobrir o déficit;
3. novos déficits sucessivos que consomem toda a poupança;
4. tomada de empréstimo para cobrir os déficits seguintes (endividamento);
5. crescimento dos déficits por causa dos juros e serviços da dívida;
6. total descontrole das finanças pessoais.

O ideal é cortar o mal pela raiz, aumentando a receita (trabalhando mais ou vendendo ou penhorando um bem, por exemplo, se houver) ou diminuir a despesa. O segundo melhor é breicar o consumo quando a poupança começar a ser ameaçada. O terceiro, parar tudo e pensar uma estratégia na iminência de endividamento (se possível com aconselhamento de especialista). Quando sobrevier o descontrole, a solução será dada por terceiros, à revelia do insolvente: o indivíduo ou família perderá o acesso ao crédito e aos mercados.

Na situação financeira ideal a poupança sempre aumenta, tendendo a um nível que permitirá ao indivíduo

viver de rendimentos em aplicações. A maioria das pessoas acalenta o ideal da aposentadoria: um momento na vida em que não é mais necessário trabalhar, tendo a renda assegurada. Seja porque as energias diminuam, seja porque depois de muito trabalhar chega o momento de desfrutar, como recompensa, em algum momento é preciso fugir aos compromissos e exigências do trabalho. O sonho de todos é que isso possa ocorrer o mais cedo possível, para que reste muito tempo, saúde e energia para usufruir a liberdade; e com a maior renda possível, para que o padrão de vida não diminua. Tendo em vista que o sistema público de aposentadoria está muito longe de proporcionar esse ideal, muitas vezes obrigando seus usuários a retornar ao trabalho depois de aposentados, a necessidade de ter uma fonte de renda adicional é colocada para quem deseja uma situação melhor, uma vez cessada a vida profissional. Para fazer frente a essa necessidade é preciso controlar as finanças pessoais levando em conta o previsível momento da aposentadoria, assegurando que após ela uma poupança pessoal permita uma renda confortável. Quanto mais cedo essa poupança começar a ser formada, menos esforço será necessário fazer para que ela seja de bom tamanho quando for o momento de viver de seus rendimentos, uma vez que os próprios juros compostos (juros calculados sobre juros) se encarregam de “turbinar” o montante a cada mês.

A poupança que vai sendo acumulada ao longo da vida tem várias utilidades, a saber:

1. sem que sejam feitos saques, constitui a aposentadoria complementar;
2. constitui um “colchão de liquidez” contra imprevisto: mesmo que se destine à aposentadoria, está lá ser for necessário utilizar para alguma eventualidade;
3. serve de garantia para que, no caso de uma grande oportunidade de ganho, esta não seja perdida (compra de um imóvel muito barato, à vista, com possibilidades de ser vendido bem mais caro dali a dois anos, por exemplo);

4. oferece um conforto psicológico significativo (muito valioso no combate ao *stress*) diante das incertezas financeiras que todos enfrentam, além de permitir uma sensação de dever cumprido em relação à lógica intrínseca do dinheiro.

A constituição de uma poupança pessoal ou familiar é uma meta que tem que ser incorporado por quem deseja finanças pessoais equilibradas. Essa poupança deve ser encarada, inicialmente, como um escudo de proteção contra o pagamento de juros (para gastos extraordinários recorre-se à reservas e não à tomada de empréstimos); com o tempo, pode tornar-se um meio de ganhar juros (fazendo empréstimos ou aplicações financeiras).

A formação de uma poupança é um custo, seja por abrir mão de consumo, seja por ter que trabalhar mais para que sobre para poupar. Uma vez formada, ela proporciona os benefícios já citados. Cada indivíduo deve avaliar qual o nível ideal de poupança que deseja, comparando o benefício desse patamar com os correspondentes custos para atingi-lo (mais trabalho e/ou menos consumo). Poupança excessiva pode significar trabalho excessivo em detrimento do lazer ou dos prazeres do consumo. Poupança é possibilidade de consumo futuro em troca de redução de consumo presente: é preciso equilibrar a satisfação ao longo da vida e não concentrá-la numa só etapa, presente ou futuro. É a isso que os economistas dão o nome de alocação intertemporal dos recursos.

Quantitativamente falando, a situação financeira ideal é aquela em que a poupança permite viver sem trabalhar.

O rendimento dessa poupança, aplicada em ativos reais e/ou financeiros, deve atingir um valor que seja suficiente para seu beneficiário viver de acordo com o padrão que deseja. Se ele acha que R\$ 5.600,00 são suficientes por mês, para manter esse padrão de vida, e a taxa mensal média de juros que consegue obter é de 0,7% ao mês (reais, ou seja descontada a inflação), então serão necessários R\$ 800.000,00 para ter uma renda perpétua sem ter que trabalhar. Para atingir esse valor de poupança, é necessário aplicar,

à mesma taxa de 0,7% ao mês, aproximadamente R\$ 1.300,00, ao longo de 20 anos. Se a pessoa em questão tiver um salário de R\$ 6.900,00 e gastar por mês os R\$ 5.600,00, que é sua referência de padrão de vida, poderá poupar o necessário para, após vinte anos, continuar na mesma situação sem ter que trabalhar. Ou seja, se começar aos 35 anos, poderá aposentar com tranquilidade aos 55!

Um exemplo de padrão inferior ao anterior, mais acessível: nível de renda de R\$ 1.400,00. A poupança acumulada para uma renda perpétua neste valor, à taxa de juros de 0,7% ao mês, deve ser de R\$ 200.000,00, que exige aplicações mensais à mesma taxa, durante vinte anos, de aproximadamente R\$ 323,00. Ou a pessoa passa os próximos 240 meses vivendo com menos (R\$ 1.077,00, para poupar os R\$ 323,00) ou consegue, no mesmo período, uma renda de R\$ 1.723,00, ao invés de R\$ 1.400,00.

Importante frisar que o trabalho, aqui, é entendido como a atividade profissional que permite obter remuneração, trazendo consigo uma série de exigências como deslocamentos para o local onde a atividade é exercida, obediência a horários, subordinação a chefes, paciência com clientes etc. É possível desenvolver atividades que sejam produtivas sem que sejam consideradas trabalho – puro labor, pode-se dizer, capaz de proporcionar produção sem provocar desconforto ou diminuir o prazer; se puder proporcionar, ainda, renda, tanto melhor. Quem trabalha porque quer, desenvolve uma atividade muito diferente de quem trabalha porque precisa.

Independência financeira (não precisar de recursos de terceiros) ao longo do maior período de tempo possível, com fontes de renda que exijam o mínimo de esforços para serem auferidas: a meta máxima das finanças pessoais. É nela que se deve mirar quando se maneja recursos tendo como objetivo o controle das finanças pessoais e familiares, mesmo que seja necessário muito tempo para apenas se aproximar desse ideal ou para sair de uma situação diametralmente oposta – dependência, na maior parte do tempo, de recursos, caros, de terceiros.

Essa independência almejada não significa que o indivíduo ou família nunca deva recorrer a recursos de terceiros. Às vezes isso é inevitável, às vezes, vantajoso. Em situações inevitáveis, o necessário é tomar empréstimos os mais baratos possíveis, pelo menor tempo possível e com uma estratégia pré-determinada de pagamento. A tomada de recursos de terceiros é vantajosa quando seu custo é inferior a um ganho que advém de sua aplicação pelo tomador. Por exemplo: tomando dinheiro emprestado para comprar um carro, um vendedor ampliará suas rendas (pela velocidade maior adquirida em seu trabalho) num montante que permitirá pagar os juros e ainda sobrar dinheiro. Se houver segurança quanto a isso, o empréstimo deve ser tomado. Sempre que for possível ganhar dinheiro utilizando dinheiro alheio, isso deve ser feito. Com cuidado, pois é preciso ter algum grau de certeza quanto ao retorno do negócio que lastreia a operação.

O desequilíbrio financeiro é uma grande tormenta para muitas pessoas e famílias, independentemente de classe social. A passagem dele para o equilíbrio deve ser feita paulatina e conscientemente, de um modo que os interessados sejam protagonistas das decisões e avaliações, percebendo o custo e o benefício delas. Do contrário se produzirá um equilíbrio apenas momentâneo, posto que sua natureza e importância não terão sido introjetadas no modo de pensar e agir financeiro do interessado. No processo de construção de melhores práticas de finanças pessoais, nenhum consultor financeiro pode substituir à altura a cultura financeira própria a ser construída pelo interessado. Planejamento é algo que não se terceiriza. O máximo que se pode fazer é obter apoio para aprender a fazê-lo. Planejamento e controle: são os requisitos operacionais para uma boa gestão financeira, uma vez adquiridos os traços de comportamento que devem ser o pressuposto dessa boa gestão e que foram objeto deste livro até este ponto.

PLANEJAMENTO E CONTROLE DAS FINANÇAS PESSOAIS

Para obter ou chegar o mais próximo possível da situação ideal das finanças pessoais ou para superar situações de desequilíbrio é preciso planejar e controlar o uso do dinheiro e do crédito, além de definir objetivos e metas não só financeiros, mas de vida. Sem ambição nenhuma, um orçamento servirá simplesmente para constatar em que meses haverá déficit e em quais ocorrerá superávit; será um conjunto de previsões tendo como pressuposto a passividade. O procedimento desejável é que no orçamento haja metas, do tipo: chegar a um superávit mensal de R\$ 300,00 para, em 24 meses, à taxa de juros de 0,7% ao mês, ter R\$ 7.800,00 para trocar de carro; reduzir o déficit mensal de R\$ 1.000,00 pela metade; guardar pelo menos R\$ 200,00 por mês para constituir uma pequena poupança de segurança contra imprevistos; reduzir despesas com água, luz, telefone e combustível em 15%; começar a provisão para uma aposentadoria complementar; reduzir despesas para poder diminuir o ritmo de trabalho; fugir do cheque especial dentro dos próximos 6 meses. Uma vez planejado, acompanhar o realizado, comparar e tomar medidas corretivas. Não é fácil, mas seguramente não é tão ruim quanto viver sob constante pressão, sem saber de onde exatamente elas vêm, nem o que fazer contra elas.

Os instrumentos básicos para o planejamento das finanças pessoais são o orçamento e o fluxo de caixa. O conhecimento de alguns elementos de contabilidade e matemática financeira ajuda a consolidar a compreensão da lógica do dinheiro, anteriormente explicada.

ORÇAMENTO

O orçamento é essencialmente um instrumento de planejamento, semestral, anual ou plurianual. Fisicamente falando, ele nada mais é do que uma planilha em que são listadas todas as receitas e despesas esperadas e previstos os valores correspondentes para cada um dos meses de um ano (supondo-se que o período escolhido seja anual). A partir desses dados organizados é possível fazer uma série de cálculos que são fundamentais para avaliar o desempenho das finanças pessoais. A estrutura básica de um orçamento é sempre a mesma, com suas linhas e colunas. A coluna em que são especificadas as receitas e despesas, porém, varia de pessoa para pessoa, posto que nem todas praticam os mesmos tipos de gastos, nem têm as mesmas fontes de receita. Mas existem várias rubricas orçamentárias (itens de receita e de despesa) que são comuns a praticamente todas as pessoas, como as despesas com água, luz, telefone, alimentação, educação, combustível etc.; e as receitas com salários, quando se trata de assalariado, ou com lucros/retiradas/pró-labore, no caso de quem vive da atividade empresarial. A estrutura básica de um orçamento é ilustrada pelo diagrama 6, abaixo.

Diagrama 6

Um Orçamento Básico

Rubricas Orçamentárias	MESES												Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Saldo inicial													
Receita 1: salário													
Receita 2: aplicações													
Total de receitas													
Despesa 1: alimentação													
Despesa 2: aluguel													
Despesa 3: água													
Despesa 4: luz													
Despesa 5: telefone													
Total de despesas													
Saldo final													
Resultado													

Apesar de sua extrema simplicidade, a planilha orçamentária é um poderoso instrumento de controle, pela quantidade de informações relevantes que contém e permite visualizar rapidamente. Inspeccionando-a verticalmente (colunas) é possível perceber muito facilmente a composição dos gastos em cada mês e sua variação ao longo do ano. A partir daí fica fácil detectar quais itens de despesa estão crescendo, diminuindo ou se mantendo constantes. Inspeccionando-a horizontalmente dá para, primeiro, ver o total de gastos previstos com cada item no ano (no coluna total) e, segundo, para acompanhar a evolução receita por receita e despesa por despesa. Quando se olha para a linha “Saldo final” visualiza-se a evolução das disponibilidades ao longo do ano. Na linha “Resultado” consta, mês a mês, a ocorrência de déficit ou superávit. Importante não confundir o significado de cada uma dessas duas linhas: resultado é o que se obtém tirando as despesas das receitas. Se for negativo quer dizer que as receitas do mês não foram suficientes para cobrir as despesas e vice-versa. Saldo é o quanto sobrou de dinheiro quando ao saldo anterior se somaram as receitas e se subtraíram as despesas.

Depois de preenchida a planilha orçamentária básica é possível partir para uma sofisticação analítica que permite explorar muitos outros aspectos das finanças pessoais. Algumas possibilidades são a seguir comentadas.

1. Comparação entre o previsto e o realizado. Pode-se incluir para cada mês duas linhas de valores: os previstos e os realizados. A utilidade desse procedimento é averiguar o acerto das previsões e a necessidade ou não de revê-las. O mesmo resultado pode ser obtido incluindo-se duas linha para cada rubrica (previsto e realizado). A escolha depende da preferência do usuário ou da necessidade de trabalhar com mais informações na mesma planilha.

Diagrama 7

Orçamento comparando previsto e realizado

Duas linhas para cada rubrica

Rubricas	MESES						
	1	2	3	4	5	6	Total
Saldo inicial prev.							
Saldo inicial real.							
Receita 1 prev.							
Receita 1 real.							
Total de receitas prev.							
Total de receitas real.							
Despesa 1 prev.							
Despesa 1 real.							
Total de despesas prev.							
Total de despesas real							
Saldo final prev.							
Saldo final real.							
Resultado prev.							
Resultado realiz.							

Diagrama 8

Orçamento comparando previsto e realizado

Duas colunas para cada rubrica

Rubricas	MESES													
	1		2		3		4		5		6		Total	
	Pre	Rea	Pre	Rea	Pre	Rea	Pre	Rea	Pre	Rea	Pre	Rea	Pre	Rea
Saldo inicial														
Receita 1:														
Receita 2:														
Total de receitas														
Despesa 1:														
Despesa 2:														
Despesa 3:														
Total de despesas														
Saldo final														
Resultado														

2. Análise das variações mensais. A utilidade deste tipo de orçamento é permitir a identificação das despesas que mais crescem, para que passem a ser monitoradas com mais atenção e cuidado. Serão identificadas despesas que crescem todo mês, despesas que se mantêm estáveis e despesas que, devido a tratamento de contenção, se revelam em processo de diminuição (sucesso das medidas adotadas).

Diagrama 9

Orçamento com análise das variações mensais (análise vertical)

Rubricas	MESES													
	1		2		3		4		5		6		Total	
	R\$	Δ%	R\$	Δ%	R\$	Δ%	R\$	Δ%	R\$	Δ%	R\$	Δ%	R\$	Δ%
Saldo inicial														
Receita 1:														
Receita 2:														
Total de receitas														
Despesa 1:														
Despesa 2:														
Despesa 3:														
Total de despesas														
Saldo final														
Resultado														

3. Cálculo da participação de cada rubrica no total (da receita ou da despesa). Para uma boa gestão do orçamento doméstico é de fundamental importância saber o peso que cada rubrica orçamentária tem sobre o total. Se alimentação representa 50% das despesas de uma família, sua situação é muito diferente, e como tal deve ser tratada, da situação de outra família para a qual a alimentação consome apenas 20% do orçamento. Na medida em que uma família muda seu padrão de rendimentos, para cima ou para baixo, a participação relativa dos itens de despesa se altera, mudando os tipos de problemas que o orçamento doméstico enfrenta. Há situações, entretanto, em que o padrão de despesas se altera, apesar de ser man-

tido constante o rendimento. Por exemplo: despesas excessivas com vestuário podem elevar a participação neste item, com potencial para causar problemas como a falta de dinheiro para alimentação.

Diagrama 10

Orçamento com análise da participação relativa das rubricas no total (análise horizontal)

Rubricas	MESES													
	1		2		3		4		5		6		Total	
	R\$	%T	R\$	%T	R\$	%T	R\$	%T	R\$	%T	R\$	%T	R\$T	%
Saldo inicial														
Receita 1:														
Receita 2:														
Total de receitas														
Despesa 1:														
Despesa 2:														
Despesa 3:														
Total de despesas														
Saldo final														
Resultado														

4. Valores reais (deflacionados). Uma parte das variações dos valores recebidos e gastos se deve à variação do valor do dinheiro, que diminui com a inflação, levando a que se compre menos com a mesma quantidade de moeda ou que seja necessário maior montante de moeda para comprar a mesma quantidade de mercadorias. Para acompanhar as variações nas receitas e gastos descontando a variação ocorrida na moeda, descontando a inflação, é necessário um orçamento com valores deflacionados. Trata-se de um tipo de cálculo complexo, mas que pode ser facilitado pelo uso de multiplicadores calculados mês a mês por diversas instituições, (o Conselho Regional de Economia de São Paulo, por exemplo – www.coreconsp.org.br) bastando apanhá-los e aplicá-los aos valores nominais lançados na planilha orçamentária básica.

AS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

As rubricas orçamentárias são os itens de receita e despesa com seus respectivos valores, lançados na planilha orçamentária. É possível identificar os itens básicos que devem constar de um orçamento pessoal ou doméstico. São eles:

Diagrama 11

Orçamento com rubricas básicas

Rubricas	MESES						Total
	1	2	3	4	5	6	
Saldo inicial							
Receita com salário							
Receita extra							
Total de receitas							
Despesa com alimentação							
Despesa com limpeza e higiene							
Despesa com moradia (aluguel ou prestação)							
Despesa com vestuário							
Despesa com água e esgoto							
Despesa com energia elétrica							
Despesa com telefone fixo							
Despesa com telefone celular							
Despesa com internet							
Despesa com TV fechada							
Despesa com educação e cultura							
Despesa com lazer							
Despesa com impostos, taxas e tarifas							
Despesa com combustível e transporte							
Despesa com saúde							
Despesa com serviços de terceiros							
Despesa com mesada dos filhos							
Despesa com seguros							
Outras Despesas							
Despesa com aquisições							
Total de despesas							
Saldo final							
Resultado							

Algumas dessas rubricas comportam vários itens de despesa, como as seguintes:

Diagrama 12

Desdobramento de rubricas orçamentárias em seus componentes

RUBRICA	COMPONENTES
Despesa com alimentação	Supermercado, quitanda, padaria, açougue, restaurante
Despesa com limpeza e higiene	Produtos de limpeza (detergentes, vassouras, desinfetantes, dedetização etc.) e de higiene pessoal (sabonetes, shampoos, desodorantes etc.)
Despesa com educação e cultura	Matrículas, mensalidades e materiais escolares; livros e jornais etc.
Despesa com impostos, taxas e tarifas	Todos os impostos, taxas diversas e tarifas, inclusive bancárias
Despesa com transporte e combustível	Além do combustível e dos lubrificantes, também as despesas com manutenção mecânica, pedágios, táxis, estacionamento etc.
Despesa com saúde	Médicos, dentistas, farmácia, laboratórios, plano de saúde
Despesa com serviços de terceiros	Empregada doméstica, faxineira, jardineiro, encaixador, pedreiro, pintor etc.
Despesa com aquisições	Todas as despesas com itens que aumentam o patrimônio: imóveis, veículos, eletrodomésticos, móveis etc.

As despesas podem ser de **manutenção ou custeio** e de **investimento**. Despesas de investimento são as que aumentam o patrimônio: a compra de um automóvel, de um eletrodoméstico etc.; ocorrem esporadicamente. Despesas de manutenção ou custeio são as que sustentam o consumo corrente, com itens como alimentação, transporte, água e luz etc.; ocorrem regularmente. Na planilha sugerida acima as despesas com investimento aparecem na rubrica “Aquisições” para facilitar sua administração. O aumento das aquisições geralmente está associado à melhoria no nível de

conforto e é um indício de finanças pessoais melhorando, a não ser que essas aquisições estejam comprometendo o equilíbrio orçamentário com prestações e endividamento.

As despesas podem ser **regulares** e **esporádicas**. As esporádicas acontecem aleatoriamente, a qualquer momento. As regulares ocorrem sempre em momentos e períodos previsíveis, com valores que não apresentam grande variação. A regularidade pode ser diária, semanal, mensal ou anual. Despesas com aquisições que alteram o patrimônio costumam ser esporádicas, a não ser que sejam detidamente planejadas (o que é incomum); da mesma forma despesas médicas (exceto plano de saúde ou remédios para tratamentos regulares). Impostos obedecem a uma regularidade anual, assim como matrículas e materiais escolares. Água, luz, telefone são pagamentos de periodicidade mensal. Combustível pode ser um gasto semanal, assim como restaurante pode ser diário. É importante distinguir entre as despesas as que são esporádicas e regulares, assim como as diferentes regularidades, em termos de períodos, para melhor organizar o fluxo de caixa. Sabendo-se, por exemplo, que o primeiro trimestre de cada ano concentra a maioria das despesas de caráter anual, convém fazer provisão, por meio de poupança anterior, para não incorrer em endividamento.

A respeito das características e do comportamento das principais rubricas do orçamento doméstico, ver dicas na parte II.

4.2. FLUXO DE CAIXA

Enquanto o orçamento é um instrumento de gestão que geralmente leva em conta um ano, permitindo acompanhar as variações mensais, o fluxo de caixa é uma planilha de acompanhamento do saldo diário, com o intuito de evitar desencaixes, ou falta de dinheiro para os pagamentos necessários. Sua lógica e estrutura são as mesmas do canhoto de um talão de cheques: saldo inicial + créditos – débitos = saldo final. É especialmente útil para indivíduos operando em déficit, pois facilita a realocação de pagamentos, postergando-os para momentos de menor impacto negativo, e a

busca de recursos para cobrir diferenças negativas (postergando ao máximo a tomada de empréstimos, para diminuir o período de pagamento de juros). Exemplificando: se alguém sabe que num mês vai receber R\$ 5.000,00 e gastar R\$ 6.000,00, precisa saber a partir de que momento irão faltar os R\$ 1.000,00. Se receber os R\$ 5.000,00 no dia 5 e todas as saídas ocorrerem até o dia 15, ficará apenas meio mês a descoberto, utilizando, talvez, o cheque especial. Se conseguir prorrogar o pagamento de 2.000,00 em 10 dias, reduzirá para um terço de mês o tempo de pagamento de juros no cheque especial. Todo esforço em uma situação como essa tem sua recompensa: se não é possível respeitar totalmente a lógica do dinheiro, que seja pelo menos respeitada a parcela possível.

Diagrama 13

Um fluxo de caixa

1ª. semana de outubro

Dia	Histórico	Saldo inicial	Débito	Crédito	Saldo final
1	Resultado anterior	1.000,00			
1	Antecipação salarial			500,00	
1	Aluguel		800,00		
2	Luz		70,00		630,00
6	Prestação do carro		500,00		130,00
7	Cartão de crédito		900,00		-770,00
7	Venda do carro			8.000,00	7.230,00
7	Compra de moto		6.000,00		1.230,00

Numa situação financeira superavitária o fluxo de caixa é dispensável nas finanças pessoais, pois bastará o orçamento com uma linha que apresente o “Saldo final” mensal para que seja possível saber como vão as contas. Mas neste caso será importante prestar muita atenção à linha “Resultado” para tomar providências quando começarem a ocorrer déficits, pois são eles que tendem a produzir a dilapidação dos resultados positivos acumulados (estoque de poupança).

As pessoas costumam achar que suas finanças são tão simples e envolvem tão poucos recursos que não exigem um tratamento mais organizado, mais sistemático, como o que se obtém fazendo uso do orçamento e do fluxo de caixa aqui indicados. Incorrem num grande erro ao assim proceder, pois o poder de percepção da realidade financeira que esses instrumentos proporcionam faz deles aliados indispensáveis. Uma vez que sua estrutura se incorpore ao modo de raciocinar e que as tabelas vão sendo alimentadas com dados, ocorre um salto de qualidade que somente quem experimenta pode perceber.

Recomenda-se que de início as planilhas sejam feita manualmente, para um corpo-a-corpo mais intenso com os números. Depois, pode-se fazer uso de planilhas eletrônicas, mais fáceis de alimentar e mais ágeis para fazer os cálculos. Quem já está acostumado com planilhas eletrônicas pode queimar a etapa da organização manual do orçamento e do fluxo de caixa.

Também existem no mercado *softwares* específicos para administração financeira pessoal. Devem ser utilizados somente por quem já dominou as planilhas tradicionais, pois em geral adotam uma linguagem contábil na estruturação dos formulários de alimentação, dificultando a compreensão do que está acontecendo quando os números são fornecidos ao programa. O ideal é que se vá sofisticando o aparato tecnológico na medida em que a compreensão da lógica financeira vá se aprofundando. Do contrário a idéia de ampliação da cultura de gestão financeira pode ser soterrada pelas promessas de facilidade dos recursos tecnológicos.

4.3.CONTABILIDADE

Na gestão financeira das empresas e do governo, a Contabilidade é não só necessária, como exigida por lei. O mesmo não ocorre no caso das finanças pessoais. Um indivíduo ou família, a não ser em casos especiais, não precisa fazer uso formal da Contabilidade para ter uma boa administração de seus bens. Entretanto, alguns conceitos elementares de Contabilidade são de extrema valia para

se entender o raciocínio básico da acumulação que dá independência financeira ao indivíduo.

A Contabilidade é um sistema de registro de movimentos financeiros que permite a produção de demonstrativos que fornecem uma visão clara da situação patrimonial de uma pessoa ou instituição. O Patrimônio Líquido (conceito-chave do Balanço Patrimonial) é aquela parte dos bens e direitos (Ativo) que, uma vez abatido deste o valor do Passivo, pertence àquele a cujas finanças o balanço se refere. Trata-se, na verdade, de fazer as contas para saber o quanto dos recursos manejados por uma pessoa ou instituição é recurso próprio e quanto pertence a terceiros. O Passivo representa o que pertence a terceiros, o Patrimônio Líquido o que é próprio. O Ativo, por sua vez, é o conjunto de bens e direitos disponíveis para uso, embora parte de seu valor, na eventualidade do encerramento de atividades, tenha que ser convertido em dinheiro a ser transferido a credores.

Diagrama 14

O Balanço Patrimonial

Balanço	Patrimonial
Ativo (Conjunto de bens e direitos)	Passivo (Conjunto de obrigações com terceiros)
	Patrimônio Líquido (Ativo menos Passivo = recursos próprios)

Um exemplo é esclarecedor. Se, num determinado momento, um jovem possui um carro no valor de R\$ 30.000,00 e um apartamento no valor de R\$ 70.000,00 ele tem em mãos um Ativo total de R\$ 100.000,00, dando indícios de independência e de ser um bom partido para um casamento modesto. Um olhar detido sobre sua contabilidade, entretanto, revela que o carro está alienado e o apartamento foi obtido com financiamento que prevê hipoteca. A dívida do apartamento é de R\$ 65.000,00 e a do carro recém-comprado, R\$ 25.000,00, resultando num Passivo de R\$ 90.000,00. Como o Patrimônio Líquido, a parte da riqueza ma-

nejada que de fato pertence a quem a maneja se expressa como Patrimônio Líquido = Ativo – Passivo ($PL = A - P$), o mencionado jovem não é tão rico quanto parece: só 10% do que tem está pago (R\$ 10.000,00 dos R\$ 100.000,00 que valem o apartamento e o carro).

O Patrimônio Líquido é o conceito contábil que representa a independência financeira que se constitui no objetivo da gestão das finanças pessoais. Nos demonstrativos contábeis ele é apenas uma conta; é aquela parte dos bens (casa, automóvel) e direitos (ações, títulos de renda) que, descontados os valores que pertencem a terceiros (ou obrigações: contas a pagar), restam à pessoa.

O Balanço Patrimonial traz também a possibilidade de calcular outro conceito fundamental das finanças pessoais, já mencionado: a liquidez. O Ativo é o campo das aplicações do balanço (em que é e onde estão aplicados os recursos manejados), enquanto que o Passivo é o campo das origens, indicando se o dinheiro para a aquisição dos bens aplicados é próprio (Patrimônio Líquido) ou de terceiros (Passivo). O Ativo tem duas partes muito importantes para a compreensão da liquidez: o Imobilizado e o Circulante. O Ativo Imobilizado se refere a bens cuja disponibilidade em dinheiro leva tempo para ser obtida (o carro do jovem, por exemplo); no Ativo Circulante, ao contrário, estão os bens e direitos que são líquidos: dinheiro em caixa, saldos em bancos etc. Se todo o dinheiro fica no Imobilizado, não sobra para fazer frente a despesas de curto prazo. Neste caso, mesmo tendo um Ativo grande, seu detentor precisará de empréstimos para suas despesas correntes. Situação de baixa liquidez, impondo custos financeiros. Aplicação inadequada de recursos. Exemplo: a gasolina para o carro do jovem. Se todos os recursos estão aplicados no carro e no apartamento, a gasolina terá que ser financiada e seu preço será o cobrado na bomba mais os juros pelo dinheiro utilizado em condições de iliquidez ou de imobilização exagerada de recursos (no carro e no apartamento).

Iliquidez mais grave ainda é a que existe na comparação entre Ativo e Passivo. No Passivo há o Exigível a Curto Prazo: obriga-

ções que devem honradas em curto espaço de tempo. Se o Ativo Circulante é menor do que o Exigível a Curto Prazo, contas terão que ser pagas sem que haja a correspondente provisão. Voltando ao exemplo do jovem: se no próximo mês vence uma prestação do carro e ele não tem o suficiente para pagar, seu Exigível a Curto Prazo é maior que seu Circulante. Se quiser se reorganizar financeiramente terá que vender o carro, pagar a prestação e comprar um carro mais barato. A não ser que se endivide ainda mais ou que (tomara!) consiga o valor da prestação com trabalho extra (energia não lhe falta, nem motivação, jovem que é).

Outro conceito fundamental que a Contabilidade oferece à boa gestão das finanças pessoais é o de depreciação, associada ao Ativo Imobilizado. Depreciação é o consumo que ocorre paulatinamente e não imediatamente. Um carro é consumido, mas não de imediato: seu uso constante faz com que em algum momento deixe de funcionar, pelo desgaste. O desgaste é a própria depreciação. Se o carro tem uma vida média útil de 10 anos, quem desejar ter o mesmo meio de transporte que tem hoje, deve provisionar 1/10 do carro por ano, para ao final de 10 anos ter em mãos o suficiente para comprar um carro novo. No caso da depreciação, gasta-se sem tirar dinheiro do bolso, sem perceber, portanto. O conceito contábil de depreciação corrige essa ilusão, exigindo “provisão para depreciação”.

A Contabilidade permite chegar aos demonstrativos tão úteis que a caracterizam devido ao chamado método das partidas dobradas, cuja contribuição é fazer com que a cada débito corresponda um crédito e vice-versa. R\$ 1.000,00 foram depositados no banco: crédito no banco, débito no caixa, em igual valor. R\$ 800,00 foram depositados no banco e R\$ 200,00 utilizados para pagar uma promissória: débito no caixa de R\$ 1.000,00, crédito em contas a pagar de R\$ 200,00 e em bancos de R\$ 800,00. Para cada valor há outro de igual magnitude como contrapartida. É por isso que os dois lados do Balanço Patrimonial têm o mesmo valor. A lógica das partidas dobradas traz para a contabilidade a lógica

econômica do jogos de soma zero: se alguém está ganhando, alguém está perdendo – não há lanche grátis.

Como se pode depreender do que até aqui se expôs simplifadamente sobre Contabilidade, ela é extremamente útil para um bom desempenho financeiro, e não é tão complicada como parece. E nem é preciso conhecê-la profundamente para tirar proveito de seus fundamentos.

Além do Balanço Patrimonial, a Contabilidade oferece outros demonstrativos. Merece destaque a Demonstração de Resultados, cuja principal contribuição é revelar:

1. os resultados das atividades econômicas, sintetizados num valor financeiro que irá se incorporar ao Patrimônio Líquido (diminuindo-o se o resultado for negativo – prejuízo; ou aumentando-o, se for positivo – lucro);
2. as receitas operacionais (decorrentes do negócio) e não-operacionais (decorrentes de atividades que não são as precípua da empresa), devendo as primeiras representar a maior parcela das receitas, pois do contrário o negócio compensa menos do que outras atividades;
3. o custo direto e indireto, representado por despesas operacionais e administrativas, além dos ônus com a tributação.

Como o Demonstrativo de Resultados serve para calcular o lucro e a lucratividade do capital aplicado, é mais difícil transpô-lo das finanças empresariais para as finanças pessoais. O que importa reter da lógica desse documento contábil para as finanças pessoais é a idéia de sustentabilidade: tanto a empresa quanto o indivíduo deve ser auto-sustentável; descontados os custos deve sobrar da receita uma parcela positiva. Na empresa, esta parcela cabe ao dono, sócios ou acionistas, sendo o objetivo principal da atividade. Nas finanças pessoais, o resultado do empreendimento (do dono da empresa) ou do trabalho (do assalariado) deve ser um volume de recursos financeiros suficiente para sustentar os gastos correntes e permitir a sobra de uma parte para poupanças (que possibilitará a

realização de gastos futuros). Tanto na empresa como na vida pessoal ou familiar, o custo, de produção no primeiro caso, e de manutenção, no segundo, não pode ser superior às receitas, devendo ser calculado para evitar ou corrigir défict e dívidas.

Mais:



Blatt, Adriano. *Contabilidade para quem não entende do assunto*. Ed. Negócio.

4.4. MATEMÁTICA FINANCEIRA

A matemática financeira é o ramo da Matemática que explica a lógica do dinheiro e fornece instrumentos quantitativos para lidar com ela. O valor do dinheiro ao longo dos períodos de tempo e sob o impacto das taxas de juros é o cerne dessa área do conhecimento, caracterizada pelo cálculo dos juros, dos descontos, das variações de montantes, pelos regimes de capitalização, séries de pagamentos e assuntos similares e correlatos.

A matemática financeira é, enfim, um instrumento de cálculo baseado na lógica do dinheiro, que é a lógica da acumulação e da escassez do próprio dinheiro. As idéias subjacentes aos cálculos financeiros são as de que:

1. o dinheiro é escasso, tendo seu preço (a taxa de juros) definido pelo aumento ou diminuição dessa escassez;
2. quem abre mão do dinheiro o faz na expectativa de receber de volta, em período posterior, um valor maior (o montante inicial acrescido de juros);
3. quanto maior o tempo de demora para a devolução do dinheiro emprestado, maior o montante a ser devolvido, mantida constante a taxa de juros;
4. taxas de juros maiores geram acréscimos maiores aos montantes iniciais, mantido constante o tempo do empréstimo.

Em suma, tempo e taxa de juros impactam os montantes transacionados entre unidades superavitárias e deficitárias, podendo ser calculados com perfeição à base do contratado entre elas.

Ninguém precisa ser especialista em matemática financeira para lidar com as decisões básicas de gestão das finanças pessoais, principalmente fazendo uso das calculadoras financeiras, muito eficientes e, atualmente, baratas. Os cálculos mais utilizados são feitos com precisão e rapidez por essas pequenas maravilhas, bastando que se saiba “que botão apertar” e qual o significado do resultado apresentado no *display* depois de processados os dados fornecidos. Para saber isso, basta a leitura dos manuais que acompanham as calculadoras. Em alguns casos eles são tão bons que se equiparam a um curso rápido de matemática financeira (caso, por exemplo, do Manual da famosa HP-12C).

Mais



Vieira Sobrinho, José Dutra. *Matemática financeira*. Editora Atlas.



Blatt, Adriano. *HP-12C - Manual prático de utilização da calculadora financeira*. STS Publicações



Bauer, Udibert Reinaldo. *Calculadora HP-12C: Manuseio, cálculos financeiros e análise de investimentos*. Editora Atlas.



Leite, Helio de Paula. *Introdução à Administração Financeira*. Editora Atlas.



Gitman, Lawrence Jeffrey. *Princípios de administração financeira*. Pearson Education Editora.

A FONTE DAS RECEITAS NAS FINANÇAS PESSOAIS

Em finanças pessoais a fonte das receitas é a ação do indivíduo. Em finanças familiares, é a ação dos membros da família. Nas considerações a seguir o assunto será tratado do ponto de vista individual, podendo ser estendido à família, havendo, na passagem de uma situação para outra, o complicador da negociação: tudo que é feito em grupo precisa ser organizado de um modo que todos se sintam adequadamente contemplados na distribuição de esforços e resultados, mesmo que o grupo seja um núcleo familiar.

A fonte das receitas nas finanças pessoais é a pessoa, que poderá, para obtê-las, trabalhar (como empregado) ou empreender (como dono do próprio negócio). Embora nem sempre seja possível escolher entre uma condição e outra (capital inicial é necessário a um empreendimento), ser empregado ou empresário são opções que precisam ser consideradas, num horizonte ampliado de tempo. Mesmo que no momento atual alguém não possa fazer mais do que aceitar um emprego para sobreviver, nem por isso precisa necessariamente desconsiderar a possibilidade de vir a ser dono de um negócio, no futuro.

Entretanto, nem sempre ser empresário compensa financeiramente. Em algumas situações, o emprego atual de alguém que deseja autonomia de empreendedor rende mais do que o pequeno negócio que pretende iniciar. Mesmo assim, essa pessoa pode considerar que se sentirá melhor com menores rendimentos, mas sendo “dona do próprio nariz”.

Antes de ser iniciada, uma firma deve primeiro ser transformada num projeto, em que sua viabilidade financeira e organizacional é calculada. Qual o investimento necessário? Quais as expectativas

de retorno ao longo do tempo? Qual a taxa interna de retorno? Quem são os potenciais clientes? Quem são os concorrentes? Qual a melhor localização? Há parceiros potenciais? Essas são questões básicas que precisam ser respondidas com a maior precisão possível, mesmo considerando-se que as respostas sempre envolverão, em algum grau, “chutes” e apostas, típicos de qualquer empreendimento, numa economia mercantil.

Uma vez feita a opção por um negócio próprio, há que se decidir ainda a forma de organizá-lo: sozinho ou com sócio(s)? Numa eventual sociedade é preciso muito cuidado, pois elas têm alto potencial para gerar inimizades e perdas, devendo ser muito bem pensadas antes de iniciar. O contrato social deve ser muito bem redigido, os papéis e responsabilidades bem definidos, as formas de retiradas e o acesso ao lucro claramente estabelecidos, com o que (capital e trabalho) e quanto cada um deve entrar no negócio bem pactuado.

Mesmo sendo a condição, ou a opção, a de empregado, é conveniente que seja aceita ou escolhida mantendo-se o comportamento de empreendedor ou, mais apropriadamente, de detentor de capital humano. É melhor oferecer serviços do que procurar emprego. A questão a ser colocada para cada um que vive de contratos de trabalho (formais ou informais) é: que habilidades eu possuo (com vantagens de produtividade e satisfação pessoal), que posso oferecer no mercado para melhorar a situação de alguém ou de alguma empresa/instituição interessado e capaz de me remunerar?

Respondida essa primeira questão estará identificada uma maneira de resolver dois problemas econômicos básicos em nível individual: o problema da melhor alocação possível do recurso disponível (capacidade de trabalho) e o problema da demanda por esse recurso. Pode ser que ambos – tipo de capacidade e desejo dos consumidores de fazer uso dela – não se conectem facilmente. Se uma capacidade potencial não encontra mercado para se realizar, das duas uma: ou são feitos esforços adicionais que viabilizam a

demanda, ou será necessário encontrar outra capacidade para ser “vendida”. A escolha será uma aposta feita necessariamente pelo indivíduo. Esta escolha é imposta pela forma mercantil de organização da sociedade.

A demanda por bens e serviços não é controlada pelo indivíduo. Não é possível a ele manipular as empresas ou pessoas para que aumentem o interesse e o preço que desejam pagar pelo seu trabalho ou pela mercadoria que produz. Assim, o que é preciso fazer é prospectar, avaliar a demanda, tentando saber se seu volume e natureza comportam a manutenção de uma determinada oferta de capacitação profissional ou mercadoria.

A oferta, entretanto, fica sob controle pessoal. A capacidade de realização é a sua determinante. Maior e melhor oferta de um dado tipo de habilidade (“vendida” autonomamente ou empregada numa empresa mediante contrato) depende de o indivíduo ter capacidade para realizar algo útil para outrem. A capacidade de realização (CR), por sua vez, define-se pela equação:

$$\text{CR} = \text{COMPETÊNCIA} + \text{COMPROMISSO} + \text{DISPOSIÇÃO} + \text{DISPONIBILIDADE}$$

Os quatro ingredientes são necessários simultaneamente para que alguém seja capaz de realizar algo e com isso obter renda. Se for competente, tiver compromisso e disposição, mas faltar disponibilidade, nada acontecerá. Se tiver disponibilidade, o tempo ficará livre se não tiver competência para fazer alguma coisa demandada. Enfim, a combinação de fatores tem que ser completa para que a capacidade de realização exista.

Estando presente os quatro fatores, porém, um deles pode estar comparecendo num nível muito baixo: então a capacidade de realização, embora exista, não atinge seu mais elevado nível. Um sujeito pode ser muito competente, compromissado com o que faz, ter disponibilidade, mas sua disposição é baixa, por exemplo, por causa de um problema de saúde.

A empregabilidade (para quem deseja atuar como empregado) e o empreendedorismo (para quem deseja viver do próprio negócio) aumentam na proporção da capacidade de realização. Portanto, o desafio para elevar a renda pessoal é ampliar a “CR” (capacidade de realização) numa área de atuação para a qual haja demanda e boa remuneração. Isso se faz melhorando os dois “comp” (competência e compromisso) e os dois “disp” (disposição e disponibilidade):

$$CR = COMP1 + COMP2 + DISP1 + DISP2$$

COMPETÊNCIA (comp1) é uma espécie de sinônimo de capital humano, envolvendo habilidades, conhecimentos, *know-how*, formação, experiência, que podem se ampliadas mediante exposição à prática, treinamentos, cursos, leituras, estudos etc. Na maioria dos casos, implica também em saber trabalhar em equipe, pois a maioria das atividades envolve divisões de tarefas e cooperação. Outra forma de ilustrar o que é comp1 é igualando-o à junção dinâmica de QI (quociente de inteligência) com QE (quociente emocional).

COMPROMISSO (comp2) é a qualidade de quem assume para si a solução de um problema, envolvendo-se, efetivamente, nas tarefas necessárias para essa solução. Corresponde a “vestir a camisa”. É tão mais fácil de obter quanto maior o interesse do indivíduo por aquilo que faz. Como nem sempre é possível solucionar problemas alheios com prazer e sem sacrificar a vontade própria, o compromisso depende muito da disciplina e do respeito aos interesses de terceiros e da busca de remuneração.

A **DISPOSIÇÃO (disp1)** é inerente às condições de saúde (físicas e psicológica) e morais (apetência para o trabalho, apreço pela reciprocidade etc.). Envolve diligência, pontualidade, atenção.

A **DISPONIBILIDADE (disp2)** é simplesmente a destinação do tempo necessário para desenvolver atividades. Ela pode

ser maximizada com o aumento da produtividade: com o mesmo *quantum* de tempo se faz mais.

É evidente que as quatro variáveis da CR interagem entre si, ampliando o resultado. Por isso a CR não é, propriamente, apenas uma soma de variáveis, mas sim um conjunto delas interagindo entre si reciprocamente. Assim, pode acontecer que um indivíduo que tenha baixa disponibilidade compense esta falta com um alta disposição e/ou competência.

Para aumentar a CR é necessário investir nos seus quatro componentes ou atacar as causas redutoras daquele ou daqueles que seja(m) o(s) mais fraco(s). Numa situação de mudança de área de atuação, a CR aumenta automaticamente se implicar ida para uma área de maior competência (fazer com maior habilidade) ou disposição (fazer com mais gosto). Em situação contrária, a CR diminui, exigindo esforços para recuperá-la.

Nota-se facilmente que a CR é condição necessária para obter renda, empregando-se ou empreendendo. Também constata-se que ela não é suficiente, pois precisa ser aplicada numa área em que haja demanda: quem sabe escrever livros numa terra de analfabetos terá a vida desperdiçada se não mudar de lugar ou de profissão.

A CR é um bem, um patrimônio intangível – um estoque de riqueza, na linguagem econômica. Mas um estoque em potencial. Que só se realiza se for aplicada a outros estoques de riqueza – recursos naturais, dinheiro etc. – transformando-os em fluxos de riqueza: bens e serviços úteis demandados por terceiros dispostos e em condições de pagar por eles um preço que compense a ação produtiva, já que para sobreviver o indivíduo vende CR (para obter dinheiro) e compra CR (para obter mercadorias feitas por pessoas com habilidades diferentes da sua).

Cada tipo de atividade tem a sua CR média, permitindo um determinado volume de produção, com determinada qualidade, por período de tempo. Em cada tipo de atividade há sempre indivíduos com maior CR, os quais, vendendo ao mesmo preço,

ganham mais porque sua produtividade é maior (ou, em outros termos, seu custo é menor).

Pode-se falar em CR individual ou grupal. Assim, pode-se também avaliar a CR de uma família, de uma empresa e de um governo. Numa empresa há indivíduos com alta e com baixa CR, resultando uma CR coletiva média baixa ou alta, dependendo do resultado entre CR's baixas e CR's altas. O homem certo no lugar certo é uma medida que tende a ampliar a CR média de um coletivo: cada um se dedicando ao que faz melhor e com mais gosto. Fácil entender, difícil de fazer. Quem vence essa dificuldade é premiado por isso. Assim, quem deseja ser dono do próprio negócio, deve saber que precisa ter em sua CR ingredientes suficientes para conseguir aglutinar e coordenar as diferentes CR's necessária ao funcionamento de uma empresa. Como empregado ou profissional autônomo, precisa cuidar apenas da sua CR.

Mais



Meu salário: <http://meusalario.uol.com.br>



Carreiras: <http://carreiras.empregos.com.br>



Axelrod, Alan. *201 maneiras de administrar melhor o seu tempo*. Ed. Manole.



Matias, Alberto Borges e Lopes Jr., Fábio. *Administração financeira nas empresas de pequeno porte*. Ed. Manole.



Guia PEGN – *Como montar seu próprio negócio*. Ed. Globo.



SEBRAE: www.sebrae.com.br

MERCADO, FAMÍLIA E FINANÇAS PESSOAIS

MERCADO

A boa administração das finanças pessoais é impossível sem que se compreenda que elas são apenas um dos aspectos através dos quais os indivíduos e famílias se relacionam com o resto da sociedade, constituída por todos os demais indivíduos e famílias, todos e todas às voltas com o mesmo tipo de problema: como assegurar o financiamento ou as condições para o enfrentamento das necessidades inerentes à sobrevivência (comer, beber, morar, vestir etc.) e para, se possível, ter acesso aos desejados prazeres da vida (comer bem, morar confortavelmente, vestir elegantemente, viajar, passear, ir ao teatro etc., etc., etc.)? Para compreender isso, é preciso entender o mercado como o espaço social em que ocorrem as ações individuais e coletivas que se destinam a prover os indivíduos, famílias e outros grupos sociais das condições materiais de sobrevivência e de desfrute.

Um ponto de partida para entender o mercado é a constatação de que ele é um espaço social para a livre manifestação de preferências. Muitas são as escolhas (ou manifestação de preferências) que um indivíduo pode fazer numa sociedade capitalista. Aliás, uma maneira de destacar as qualidades do capitalismo tem sido chamar a atenção para esse fato: livre e desimpedido, o indivíduo encontra no capitalismo as condições necessárias para manifestar suas vontades e desejos; em nenhum outro tipo de sociedade a ação individual sofre tão poucas restrições. Nesse tocante, a comparação do sistema de mercado (como o capitalismo também pode ser chamado) revela sua superioridade em relação ao socialismo (no qual a coletividade, representada pelo Estado, está acima do indivíduo, tolhendo-lhe a

iniciativa) e em relação ao feudalismo (baseado nas relações de poder emanadas dos laços de sangue, sendo a nobreza a única classe a desfrutar de condições de vida acima da miséria).

No mercado, a liberdade pode ser utilizada pelo indivíduo não só para escolher o que deseja para si, como também o que oferecerá aos outros. Sendo um sistema de colaboração de um indivíduo para o conjunto da sociedade e desta para o indivíduo, o mercado baseia-se numa divisão do trabalho: cada um oferece um tipo específico de contribuição para os demais e todos esses concorrem para abastecer o indivíduo de tudo o que necessita e não produz. O padeiro oferece pão a todos que desejam esse alimento e em troca recebe roupa, transporte, carne e tudo o mais de que necessita (até o ponto em que não haja mais pão para dar em troca).

A liberdade de ação do padeiro para fazer escolhas materiais termina no momento em que a quantidade de pães que ele pode oferecer deixa de ser suficiente para levar o alfaiate a lhe fornecer um novo casaco. É limitada a quantidade de pães que ele é capaz de produzir (digamos 40.000 unidades por mês) e o preço de cada um (digamos R\$ 0,15) não pode ser aumentado sem que fregueses mudem de fornecedor. Essas variáveis são as limitadoras da renda do padeiro: sua receita total será igual ao preço do pão multiplicado pelo número de pães vendidos ($40.000 \times \text{R\$ } 0,15 = \text{R\$ } 6.000$). Seu lucro total será de R\$ 2.000 se seu custo total for de R\$ 4.000 (receita total de R\$ 6.000 menos custo total de R\$ 4.000). Seu lucro unitário (lucro por pão vendido) será de R\$ 0,05, que é igual ao preço (R\$ 0,15) menos o custo unitário, que é igual ao custo total (R\$ 4.000) dividido pelo número de unidades produzidas (40.000), resultando R\$ 0,10.

A mesma relação vale também para quem, diferentemente do padeiro, não vive de lucro, mas de salário obtido pela venda de sua força de trabalho: o auxiliar do padeiro, por exemplo, que recebe um salário mensal de R\$ 500, fazendo parte do custo de R\$ 4.000 do padeiro. Este último não tem que calcular o lucro, pois sua renda líquida é diretamente seu salário líquido.

Portanto, no mercado a renda monetária (em moeda, em dinheiro) dá a medida da liberdade de escolha dos indivíduos, quando o assunto são bens materiais e serviços alheios. Em outras palavras, o mercado não existe para satisfazer as necessidades dos indivíduos e famílias; ele existe para que, através de seus rendimentos e ou de suas posses, os indivíduos e famílias transformem suas necessidades em demandas.

Demanda é a necessidade que se apresenta ao mercado com poder de compra. Sendo assim, o mercado é um conjunto de indivíduos e famílias que se destaca de um conjunto maior, a sociedade, constituída de todos os indivíduos e famílias, com e sem poder de compra, pela sua condição de acesso à renda, que dá poder de compra. Ou seja, há no mercado uma escolha que o indivíduo não pode fazer: deixar de agir em busca de renda, basicamente deixar de trabalhar, de empreender ou de especular. Trabalhar e receber salário, empreender e obter lucro, especular e ganhar aluguel, juro ou dividendo são formas aceitas de obter renda e poder de compra no capitalismo, desconsiderando-se outros meios não convencionais, lícitos ou ilícitos.

Se exceder o seu poder de compra, o padeiro terá que recorrer ao crédito, ensejando a ação dos que especulam com dinheiro (oferecendo cem agora a troco de cento e vinte daqui a trinta dias) e reduzindo a sua renda futura. Para o padeiro não há carne que não se pague com pão. Se não for com o pão de hoje, será com o pão de amanhã. Comprometido o pão de amanhã, comprometida também a carne de amanhã, que foi comida em excesso hoje. O fato de as transações serem feitas com a participação do dinheiro apenas mascaram esse fato, criando muitos problemas para quem não consegue enxergar as transações como elas realmente são: troca de trabalhos, uns mais caros outros mais baratos. Por que são necessários muitos pães para comprar um aparelho de TV? Porque cada aparelho envolve muitos, diversificados e complexos trabalhos do que cada pão.

É evidente que há muitas distorções de preços e de rendas no mercado. Não poderia ser diferente: cada qual procura valorizar mais o que tem, obtendo maiores preços e controlando situações

de compra e de venda. Mas isso não muda a lógica das trocas e não deve obscurecer o fato de que o mercado é um sistema de cooperação, em que cada um deve procurar cooperar do modo que seja mais favorável à sua renda. E mais: experimente alguém deixar de correr atrás de renda! Verá que não receberá a cooperação de ninguém, a não ser por laços de família ou de amizade, ou, pior, por compaixão de terceiros (com as conhecidas limitações quantitativas e cronológicas, mais constrangimentos).

FAMÍLIA

Apesar de nominalmente se referirem ao indivíduo, as finanças pessoais na realidade dizem respeito à família. Isso porque a unidade básica de consumo é a família, uma vez que é ela que abriga aqueles indivíduos que consomem mas não produzem, como as crianças, por exemplo. Se não fosse assim, as crianças, que nada produzem para dar em troca do que necessitam, não teriam como sobreviver. Daí a importante função econômica assumida pelas famílias, como unidades básicas de organização para a sobrevivência no mercado.

Para fins meramente econômicos, pode-se considerar família todo agrupamento de pessoas constituído de tal modo que as relações de dependência e colaboração baseiam-se fundamentalmente em laços de sangue ou afetivos. Assim, um grupo constituído de pai, mãe e dois filhos é, logicamente, uma família. Mas um grupo constituído por uma mulher e um homem, sendo ela sustentada por ele com base numa relação conjugal, ou vice-versa, também é uma família. Se em vez de uma mulher e um homem, fossem dois homens ou duas mulheres, também seria possível caracterizar a dupla como família, caso se tratasse de um casal. Um grupo maior, com pai e mãe que trabalham, dois filhos, uma avó e uma tia dependentes seriam uma família ampliada, assim como o indivíduo morando sozinho seria uma “família” reduzida.

O mais importante a considerar no conceito econômico de família é a idéia de que seus membros vivem “sob o mesmo teto”, comem do mesmo “fogo”, tanto que antigamente as estatísticas

domiciliares se expressavam pelo número de “fogos” existentes numa dada região, dando a entender que “fogo” é uma casa (lugar onde se prepara o alimento e se aquecem as pessoas). O lar como espaço de consumo é a idéia básica, contenha ele uma ou mais pessoas, havendo relação de dependência e colaboração entre elas, sem fins comerciais ou de exploração.

Essa idéia de lar ou domicílio como centro de atenção da gestão das finanças pessoais remete para a origem etimológica da palavra economia, que vem de *oikos*, casa em grego. A economia seria, na sua origem, a administração das coisas do lar, visando assegurar a sobrevivência dos membros da família e de seus agregados.

As famílias devem abastecer-se de tudo que seus membros necessitam para sobreviver. O adequado abastecimento depende de que seus membros ou parte deles tenham algo a oferecer em troca do que necessitam ou desejam e se organizem para realizar as trocas. Numa economia monetária como a capitalista, trata-se de obter renda e com ela comprar os bens e serviços demandados. Estes serão mais numerosos, exigindo maior volume de renda para serem obtidos, quanto maior seja o número de membros da família, descendentes ou agregados.

Outra função importante da família está ligada à propriedade. O estoque de riqueza é todo retalhado, pertencendo as diferentes e díspares partes às famílias, estando sob controle dos seus chefes, geralmente os pais, até que desapareçam, deixando a herança para os filhos. Não há, pois riqueza sem dono. Mesmo falecendo os proprietários, os bens são transmitidos aos herdeiros, cônjuges, filhos ou outros previstos em lei.

Em suma, o mercado é constituído de famílias proprietárias, que vendem seus recursos (mesmo que sejam apenas de força-de-trabalho), obtendo renda para, com ela, prover os bens e serviços de que seus membros (ativos e inativos) necessitam e/ou desejam. As finanças pessoais tratam do equilíbrio entre a renda e as despesas dessas famílias, visando assegurar a sobrevivência e o desfrute dos seus membros ao longo do tempo.

II

DICAS PARA A GESTÃO DAS FINANÇAS PESSOAIS

Nesta parte são oferecidos comentários, conselhos, dicas e sugestões típicas para diversos temas recorrentes na gestão das finanças pessoais, além de bibliografia e fontes na internet para aprofundamento de questões específicas da área. Combinadas com os fundamentos oferecidos na primeira parte, essas informações ampliam as condições para melhorar o nível de bem-estar das pessoas e famílias.

PRINCIPAIS DESPESAS

PESSOAIS E SUAS

CARACTERÍSTICAS

No conjunto das despesas realizadas no âmbito pessoal e/ou familiar existem algumas que se destacam pela sua essencialidade e presença constante e ininterrupta no orçamento doméstico. Elas se referem a itens básicos de consumo e a serviços essenciais para o bom andamento do dia-a-dia. Dada essa essencialidade, são despesas que não podem ser eliminadas, apenas reduzidas. Por isso, por parecerem intocáveis, costumam esconder comportamentos prejudiciais ao equilíbrio financeiro, que podem se flagrados com um pouco de atenção. Geralmente é possível economizar quantias expressivas fazendo pequenos cortes no conjunto dessas despesas, com impactos muito pequenos sobre a qualidade do consumo.

MORADIA

Este item de despesa aparece no orçamento na forma de aluguel ou prestação do financiamento habitacional, mais despesas de manutenção. Costuma-se pensar que fugir do aluguel é uma necessidade sob quaisquer circunstâncias, o que não é sempre verdadeiro, conforme se afirmará no item “Casa”, abordado no tópico “Investimentos pessoais e familiares, mais adiante.

As despesas com manutenção variam de acordo com o tamanho, com o padrão construtivo do imóvel e com as benfeitorias de que dispõe (jardins, piscinas, quiosques etc.). Jardineiros, faxineiros e outros tipos de empregados domésticos constam entre as despesas, acrescidas de profissionais esporadicamente contratados para reparos, como eletricitas, encanadores, dedetizadores, desen-

tupidores etc. Menor e mais simples, um imóvel demanda menos manutenção.

A residência em condomínios acrescenta o rateio das despesas comuns ao orçamento. Na hipótese de aluguel de apartamento, a taxa de condomínio às vezes é maior do que o próprio aluguel. Proprietários muitas vezes alugam barato para fugir a essas taxas, cobradas mesmo com o imóvel vazio. Mas às vezes a somatória de aluguel e taxa de condomínio, comparadas à qualidade do imóvel e à quantidade de serviços tornam o contrato atraente. Piscinas, quadras poliesportivas, internet por satélite ou rádio, TV a cabo são benefícios que rateados se tornam mais baratos na taxa de condomínio do que se fossem contratados numa casa, individualmente. A taxa de condomínio às vezes é contaminada por itens de despesa que competem aos proprietários – pedir ressarcimento é um direito do locatário. Não é conveniente que despesas de água, luz e gás sejam rateadas por apartamentos, pois assim ninguém se preocupará em economizar (tornando a conta mais elevada) e quem gasta menos pagará mais que proporcionalmente ao benefício recebido.

ALIMENTAÇÃO

A alimentação feita em casa é a mais barata, higiênica e, dependendo do cuidado que receba, mais nutritiva e saborosa. A preparação pode, ainda, proporcionar prazer para quem gosta das atividades de cozinha.

Este item de despesas envolve vários fornecedores, como supermercados, padarias e confeitarias, açougues, quitandas. Portanto, a organização de uma lista de fornecedores confiáveis é fundamental. Além disso, o estabelecimento de relações estáveis e duradouras – ser freguês – ajuda muito na qualidade do atendimento e dos itens fornecidos.

Uma maneira de economizar neste item é manter uma lista de todos os produtos consumidos regularmente, com suas respectivas quantidades mensais, e comprá-los a períodos regulares, de acordo com a capacidade de estocagem da dispensa. Esta lista deve servir

também para acompanhar a evolução dos preços e como lembrete no controle dos estoques. A dispensa deve conter apenas as quantidades necessárias para um período de no máximo um mês, a não ser na iminência de altas de preços, que tornam vantajosa a antecipação de compras, ou na ocorrência de liquidação muito vantajosa.

Outro procedimento altamente recomendável é organizar cardápios para uma semana. Ficam assim facilitadas as compras, a organização das refeições e a garantia de uma alimentação variada e dotada de todos os ingredientes necessários ao equilíbrio nutricional. Além disso, a compra de produtos de época – a ser considerada na feitura dos cardápios – permitirá o aproveitamento das estações para variar os prazeres degustativos e pagar menos, evitando-se os preços altos das entressafras.

Ainda para economizar: compras não devem ser feitas com fome; atenção à disposição das mercadorias nas gôndolas – elas são uma armadilha para aumentar as vendas; comprar alimentos a prazo não é bom procedimento financeiro; importante reduzir o peso de produtos alimentares industrializados sempre que possível – são mais caros e menos saudáveis; especificações e prazos de validade devem ser verificados sempre.

HIGIENE PESSOAL E BELEZA

Escovas, pentes, sabonetes, shampoos, cremes... Nunca houve tamanha diversidade de produtos destinados à higiene pessoal e beleza; nunca como hoje a busca incessante por juventude e boa apresentação veio acompanhada de tantos meios para ser bem-sucedida. Por isso, o item higiene pessoal e beleza – beleza, mais – tornou-se uma linha com valores em aceleração nos orçamentos domésticos. Sem ter que ceder sempre à racionalidade, pois as compras deste tópico envolvem um quê de auto-estima, é preciso fazer esforços para manter o bom-senso e a ponderação. Cuidado com o apelo das marcas, juízo contra charlatanismo, atenção aos riscos contra a saúde.

VESTUÁRIO

As despesas com vestuário (roupas, calçados e acessórios) têm um componente de necessidade e outro de desejo. Necessidade social de não andar nu e biológica de abrigar o corpo contra o frio, o calor, o sol, as intempéries. Desejo de manter uma aparência que valorize a personalidade e/ou crie oportunidades. Ambos os componentes devem ser considerados na realização das despesas, sempre com o cuidado de não permitir exageros que inviabilizem a saúde das finanças. Andar na moda, sim, mas não à custa da queda na qualidade de vida em geral.

Os produtos de vestuário estão a meio caminho entre bens de consumo duráveis (como móveis e eletroeletrônicos, por exemplo) e não-duráveis (alimentos, por exemplo). Eles não são comprados com tanta frequência como os não duráveis, nem demoram tanto a exigirem reposição quanto os duráveis. Mas podem ser tratados como os não-duráveis no que diz respeito a como assegurar um fluxo adequado de sua provisão: manter sempre uma reserva para as aquisições, a ser gasta ao longo dos meses. Assim, não corre-se o risco de ficar sem renovação do guarda-roupa, nem de ficar sem dinheiro para alimentação quando as compras de roupas forem inevitáveis.

O mercado de roupas é sazonal. As coleções são lançadas de acordo com as estações (inverno, verão, outono-inverno, primavera-verão), para que as roupas sejam adequadas às temperaturas prevalentes em cada uma dessas estações (baixas, altas, em declínio, em ascensão, respectivamente). Comprar no início da estação ou meia-estação é comprar na ocasião dos lançamentos, o que implica preços maiores e riscos maiores (risco de a moda “não pegar” e inviabilizar o uso da vestimenta). Comprar no final é tentar o benefício das queimas de estoque e liquidações, pois os lojistas não podem suportar os estoques até a próxima estação (sendo por isso, inclusive, que tentam praticar preços maiores no começo, para compensar eventuais perdas com estoques encalhados).

SAÚDE

Saúde é um item de despesa composto de vários subitens. Primeiramente, divide-se em manutenção e restauração. Para manter a saúde são necessários, além de uma alimentação saudável, a prática de exercícios físicos e alguns outros cuidados (evitar excessos – de sol, de bebidas, etc.; dormir bem, não se estressar etc.), vacinações e exames de rotina para prevenir alguns problemas que os indicadores de saúde pública apontam como de risco ou que o histórico familiar colocam como prováveis (obesidade, hipertensão arterial e outros problemas do coração, certos tipos de câncer).

A alimentação saudável é apenas uma questão de o que adquirir com as despesas realizadas no item alimentação. Enquadram-se como despesas de saúde apenas itens como complementos alimentares, complexos vitamínicos e congêneres.

A prática de exercícios físicos pode ocorrer sem nenhum custo (caminhar, correr, andar de bicicleta etc.) ou mediante pagamento de despesas com academias, clubes ou *personal-trainers*. O acesso a um clube é em parte utilizado para este fim, em parte para lazer, devendo neste caso haver um rateio da despesa, de acordo com o que se considerar a proporção adequada.

As vacinas para as doenças tidas como problemas de saúde pública geralmente são disponíveis, gratuitamente, nos postos de atendimento público, mas algumas podem também ser recebidas em clínicas particulares, havendo então um custo a ser bancado pelo interessado.

Alguns exames preventivos também são oferecidos pela rede pública de saúde. Quando não são, ou quando se prefere realizá-los por meio de consultórios e laboratórios particulares, podem ser pagos na ocasião em que forem realizados ou constar como benefícios de planos de saúde pagos mensalmente.

Mesmo tomadas todas as precauções para manutenção da saúde, inevitavelmente ela será ameaçada algumas vezes ao longo da vida, sendo necessárias medidas restauradoras. Consultas médicas, exames laboratoriais, cirurgias, internações hospitalares e remé-

dios são necessários, então. Dependendo da complexidade que envolvem, podem ser até mesmo inacessíveis, pelo alto custo. O acesso a eles pode ser obtido de três maneiras, que podem até ser combinadas de acordo com o volume de recursos envolvidos e com a qualidade dos serviços. Primeiro, o acesso à saúde pública é constitucionalmente garantido, no Brasil, para qualquer pessoa – mas com diferentes graus de qualidade, de lugar para lugar e de especialidade para especialidade. Sempre que possível, é conveniente utilizar esses serviços públicos, não só para economizar as despesas correspondentes, mas também para exigir que a saúde pública seja de qualidade. Segundo: o acesso pode se dar mediante pagamento no momento em que houver necessidade; neste caso será necessário que o interessado tenha uma disponibilidade financeira suficiente ou condições de parcelar o pagamento, o que nem sempre é possível devido ao preço muito elevado. A terceira opção é a manutenção de um plano de saúde complementar, que consiste numa lista de benefícios previamente pactuados por um preço mensal. Para pessoas com capacidade de poupança baixa ou mediana, com rendimentos mensais que comportem o desconto do valor do plano complementar, esta é a melhor opção. Deve-se, entretanto, tomar cuidado na escolha desse plano, verificando coberturas, carências, preços, qualidade dos serviços e dos profissionais, solidez da empresa etc.

Despesas com farmácia são também subitens das despesas com saúde: os remédios custam caro e às vezes consomem parte expressiva da renda de pessoas ou famílias com problemas crônicos de saúde. A necessidade de comprá-los permanentemente (no caso de um infortúnio) ou esporadicamente, no caso de um acidente, é uma das razões fundamentais para que se tenha sempre uma reserva financeira de segurança.

Outro subitem das despesas com saúde é o relacionado à saúde bucal e dentária. Parte dela é preventiva, decorrendo da higiene pessoal e das consultas regulares ao dentista (semestrais ou anuais, dependendo do caso e das possibilidades); outra parte é corretiva:

colocação e manutenção de aparelhos (ortodontia) e restaurações. A rede de saúde pública tem uma cobertura insignificante para esta especialidade médica. Já existem planos de saúde dentária com preços razoáveis.

É importante sempre lembrar que quanto mais idosa a pessoa, maior a incidência de problemas de saúde, devendo cada um se preparar da melhor maneira possível para isso; e que a saúde da criança exige também cuidados especiais, motivo pelo qual os casais devem reestruturar seus orçamentos quando decidem ter filhos.

Mais



ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar: www.ans.gov.br . Telefone 0800 701 9656

LIMPEZA

Trata-se, agora, da higiene do ambiente, posto que a pessoal já recebeu atenção anteriormente. Não parece, mas o gasto com este item é significativo hoje em dia, devido ao uso intensivo de muitos produtos químicos (álcool, detergentes, sabões, sabonetes, água sanitária, desinfetantes, formicidas, inseticidas etc.) e aparelhos domésticos (aspiradores, lava-jatos, enceradeiras, vaporizadores, máquinas de lavar roupa e de lavar louça, vassouras e rodos de diferentes tipos etc.). Alguns itens podem ser incluídos nas aquisições, dada a sua duração e alto custo (máquinas e equipamentos), mas a sua manutenção fica sempre no item limpeza.

Muitos dos produtos de limpeza, assim como de higiene pessoal, são produzidos por grandes empresas que dominam o mercado, atingindo preços muito altos quando comparados aos de marcas menos expressivas. Assim, uma forma de reduzir despesas com produtos de limpeza é evitando pagar por marcas, mas é preciso atenção para não incorrer em perdas consideráveis em qualidade e segurança, principalmente em segurança, já que há fabricantes

que não obedecem às normas de fabricação, existentes exatamente para evitar riscos à exposição a componentes químicos.

ÁGUA E ESGOTO

A água é absolutamente essencial numa residência, servindo às necessidades físicas e de higiene, pessoal e do ambiente. Desde a captação nos rios, ribeirões ou represas até o fornecimento nos reservatórios e torneiras, a água passa por numerosos tratamentos no interior de um processo industrial bastante complexo e caro. Por isso, água pronta para consumo é mais valiosa do que a água “bruta” de um rio, pois passou por um longo processo de transformação que lhe deu as condições de salubridade e potabilidade. Apesar disso, de ser cara e essencial, a água é ainda muito acessível aos orçamentos familiares e pessoais, dando margem a certos desperdícios que, cumulativamente, podem gerar problemas futuros de abastecimento. É por isso que adota-se hoje em dia a tarifa progressiva na contas de água e esgoto. Até um certo nível de consumo, paga-se um valor mínimo. A partir daí o consumo adicional passa a ter um preço maior a cada nova faixa. Assim, para reduzir as despesas com água e, ao mesmo tempo, dar sua contribuição à preservação deste precioso recurso natural, a pessoa ou família deve monitorar o consumo mensal, tarefa facilitada pelas empresas, departamentos ou autarquias fornecedoras, quando nas faturas mensais fazem constar a evolução desse consumo nos últimos meses (geralmente 12).

Muitas medidas simples podem ser tomadas para economizar água: evitar perdas por vazamento (seguindo as instruções dadas pelas entidades fornecedoras e prestando atenção às variações de consumo sem causa conhecida), dotar as torneiras de bicos aspersores que aumentam a pressão de saída (reduzindo a vazão), limitar o uso para lavagem de ambientes e veículos e para jardinagem, controlar o tempo de uso dos chuveiros e duchas, reciclar sempre que possível, aproveitar a água das chuvas, construir um poço artesiano (para o que é necessário uma licença, para evitar contaminação do lençol freático) etc.

As piscinas residenciais utilizam grandes volumes de água. Bem cuidada (recebendo adequado tratamento químico semanal e filtrada diariamente), essa água não precisa ser trocada, bastando completar o nível para mantê-lo no mínimo exigido. Quando necessária a troca ou um volume complementar muito significativo, é melhor adquirir a nova água por meio de fornecedores com caminhões-pipa, pois o custo será bem menor do que o da água da torneira.

Aumentou, nos últimos anos, o consumo residencial, e nas empresas, de água mineral, fornecida em galões que podem se acoplados a suportes e geladeiras fabricadas especificamente para esta finalidade. Trata-se de uma opção que na maioria das regiões do país não deve ser feita por medo da qualidade da água fornecida pela rede pública, pois esta não só é segura para consumo humano, como contém ingredientes (como flúor, por exemplo) destinados à defesa da saúde pública. A água mineral, por seu turno, contém elementos que, cumulativamente, podem gerar problemas (pedras nos rins, por acúmulo de cálcio, por exemplo). Entretanto, é uma questão de escolha, pois tanto os riscos oferecidos pela água mineral são relativamente baixos, como os benefícios adicionais da água encanada. Talvez o mais importante na decisão sejam o paladar e a diferença de custo.

A tarifa de esgoto normalmente é cobrada juntamente com a de água, muitas vezes sendo um percentual daquela. Com a crescente exigência, em alguns casos legal, de tratamento e destinação adequada dos esgotos, essa tarifa tende a aumentar, onerando os orçamentos domésticos juntamente com a conta de água.

ENERGIA ELÉTRICA

Na vida urbana, a energia elétrica é de uma essencialidade próxima à da água. Torneiras e interruptores estão tão inseridos na vida doméstica das cidades que não é mais concebível a existência sem eles. Tanto que quando o abastecimento de energia é interrompido tende-se a mesmo assim acionar um interruptor para que

a luz se acenda ou um aparelho seja ligado. Quanto ao seu custo, para iluminação, é muito menor do que nos tempos das velas e lamparinas; mas, por outro lado, o uso intensivo de equipamentos e aparelhos domésticos levou à explosão da demanda. Uma residência pode consumir mais energia do que certos tipos de estabelecimentos comerciais, dependendo dos equipamentos, eletrodomésticos e eletrônicos que utilize. Com a finalidade de reduzir esse consumo, os fabricantes estão atualmente engajados em melhorias que visam poupar energia elétrica, até porque esta é uma forma de contribuir para a preservação do meio ambiente, pela redução, por exemplo, do uso de água em usinas hidrelétricas.

O consumo de energia elétrica cresce na proporção da utilização de novos equipamentos e do tempo de uso de cada um, havendo certos “gulosos” por energia, como chuveiros, ferros-elétricos, máquinas de lavar roupa e louça, motores em geral (de bombas de piscinas e banheiras, de exaustores, de cortadores de grama etc.). É preciso controlar o uso dos equipamentos, utilizando somente os que de fato agregam conforto à família, apenas durante o tempo necessário. A escolha de marcas deve recair sobre as que têm programas de melhorias para redução de consumo. Sempre que possível, devem ser feitas substituições, como, por exemplo, a de chuveiros elétricos por duchas com água aquecida por placas solares. Essas placas e os equipamentos que a acompanham e as exigências de encanamentos de cobre têm um custo inicial significativo, mas ele se paga em pouco tempo com as economias nas contas de luz.

Uma rede interna adequada de pontos de tomada, com uma central de distribuição bem dimensionada, conectada com fios de bitolas corretas para cada finalidade, fazendo uso de tensão apropriada (110 ou 220 volts) garante economia e segurança. A manutenção periódica e o zelo nas alterações feitas ao longo do tempo (evitando gambiarras) assegura a permanência da economia e da segurança. Um projeto de iluminação inteligente e o uso de lâmpadas adequadas para cada finalidade são também medidas dese-

jáveis, com custos que são amortizados ao longo de um período relativamente curto de economia com consumo de energia.

Assim como acontece com o fornecimento de água, as faturas mensais trazem informações sobre o consumo passado que ajudam a controlar gastos; e esse consumo é cobrado com base numa tabela progressiva de preço, de acordo faixas de consumo.

Mais



ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica: www.aneel.gov.br. Telefone 144.



PROCEL – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica: <http://www.eletrobras.gov.br/ELB/procel/main.asp>

TELEFONIA

No Brasil, até pouco tempo atrás, o telefone era um bem de luxo e constava até mesmo como ativo fixo (!) na cesta de aplicações de especuladores, dada a valorização que obtinha ao longo do tempo, em função da escassez decorrente da baixa capacidade de atendimento das empresas estatais à demanda. Isso mudou, trazendo os serviços de telefonia para a sua condição natural de bem essencial e acessível, com expansão planejada e investimentos bancados pelas tarifas. Os custos e preços, entretanto, não são baixos, obrigando a medidas de contenção.

O cuidado mais elementar para evitar gastos excessivos com serviços de telefonia é fazer uso sensato dos aparelhos, que não se destinam à manutenção de longos diálogos, mas à troca rápida de informações e ao estabelecimento de contato. Outro cuidado, de mesma natureza, é não usar o telefone celular como substituto de formas menos onerosas de localização de pessoas: por exemplo, marcar pontos de encontro, ao invés de combinar a troca de ligação para apanhar alguém a quem se irá oferecer uma carona – afinal, era o que se fazia quando a telefonia móvel era apenas ficção científica.

Mais alguns cuidados:

- escolher o plano apropriado para o padrão de uso de telefones fixos e móveis, dentro de um amplo menu oferecido pelas prestadoras;
- aproveitar faixas de horários de menor tarifação (oferecidas pelas prestadoras para reduzir congestionamentos e capacidade ociosa ao longo do dia e da noite) para contatos mais longos fora do horário comercial;
- adquirir, dentre os serviços adicionais oferecidos insistentemente pelas prestadoras (secretária eletrônica, bloqueador de ligações recebidas, identificador de chamadas etc.), somente os de fato úteis;
- sempre que possível, utilizar o telefone fixo, cuja minutagem custa menos;
- evitar ligações de móveis para fixos próprios (por exemplo, do celular pessoal para o fixo da residência), pois há uma tarifa adicional cobrada no fixo;
- utilizar os recursos de internet para comunicações à distância (não só e-mails, mas também os novos sistemas de comunicação por voz baseados em internet);
- monitorar as contas telefônicas para ter noção da evolução dos gastos e identificar cobranças indevidas, que muitas vezes ocorrem.

Mais



ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações: www.anatel.gov.br. Telefone 0800 33 2001 para atendimento ao cidadão.

ACESSO À INTERNET

É recente o advento dos computadores de uso pessoal (PC's), mas parece que nunca houve um tempo em que esses maravilhosos aparatos eram muito grandes e caros, acessíveis somente

a governos e grandes empresas, tal o grau de incorporação que atingiram à vida quotidiana das pessoas e famílias. Juntamente com eles, a incrível rede mundial de computadores (a internet), posteriormente, se tornou praticamente uma necessidade, para atividades profissionais, de pesquisa, de informação e de lazer. As múltiplas possibilidades de uso dos computadores e deles acoplados à rede mundial ampliam sobremaneira as chances de melhor desempenho profissional, de contatos, de solução de problemas, fazendo da dupla uma requisito quase que essencial, embora ainda não acessível a todos pelos custos implicados (investimento inicial e mensalidades de provedores).

Para manter-se “conectado” um indivíduo precisa de dois tipos de serviço: provedor de acesso e provedor de conteúdo. Ambos têm custos e devem ser avaliados, pois as possibilidades tecnológicas e a variedade de benefícios são enormes. É possível acessar via telefone (discado ou banda larga), rádio e satélite. Há diferentes padrões de acesso em termos de tempo de utilização, quantidades de *downloads* feitos; facilidades (páginas pessoais, número de e-mails, armazenagem de arquivos pessoais) etc. Quanto mais rápida a conexão, maior o volume de serviços, mais cara tende a ser mensalidade.

TV FECHADA

Depois do advento das antenas parabólicas, que permitiram a captação de maior número de sinais de emissoras locais e o acesso a emissoras estrangeiras, a TV fechada surgiu como opção de maior qualidade e requinte, sendo oferecida via cabo ou satélite, por poucas empresas. De fato o telespectador passa a ter à disposição um menu de canais diversificado e menos sujeito aos incômodos da publicidade, que sustenta os canais abertos. Entretanto é grande o risco de passar a pagar muito por pouco. Como o número de assinantes no Brasil é ainda muito pequeno e cresce num ritmo menor do que o inicialmente esperado pelas empresas que investiram nesse serviço, elas são obrigadas, para manter o

faturamento, a cobrar muito e incluir poucas opções na assinatura básica, apresentando os verdadeiros objetos de desejo em modalidades mais caras de assinatura, ou em pacotes *pay-per-view* (pague para ver).

Para economizar e não ficar dependente apenas da programação, cada vez mais pobre, da TV aberta, é importante conhecer todas as opções de assinatura e avaliar qual a mais adequada ao perfil da família, evitando insatisfações localizadas e/ou inclusão de canais que nunca serão acessados, apesar de incluídos.

A opção de *pay-per-view* para filmes deve ser comparada à disponibilidade e preços de filmes em locadoras de vídeo, considerando inclusive promoções para aluguel combinado de vários títulos.

GÁS

Encanado ou em botijões, o gás líquido de petróleo é o combustível básico dos lares, tendo substituído quase completamente a lenha e o carvão que antecederam-no. É relativamente barato, mas as variações de preços às vezes são significativas, em função da escassez ou da especulação com a matéria-prima, que atende a um número muito grande de necessidades e se origina de fonte esgotável. Ultimamente seu consumo caiu proporcionalmente para alguns perfis superiores de renda, em decorrência da utilização de fornos elétricos (tradicionais e de microondas). De fato, uma boa combinação entre fogão a gás e estes novos eletrodomésticos para preparar os alimentos pode significar economia. Paladares exigentes não aceitam as diferenças existentes entre pratos preparados mais rapidamente em fornos microondas, ao invés de em fornos tradicionais ou fogões tradicionais, mas muita coisa simples (cozimentos, aquecimentos etc.) pode atender até mesmo esses descontentes. Afinal, na passagem do fogão a lenha para o fogão a gás houve também resistências, que o tempo e a capacidade de adaptação, juntamente com o custo inferior, se encarregaram de dissolver.

O gás deve ser visto como uma das fontes de energia utilizadas em uma casa. E como tal deve ser tratado, em termos de zelo

com o meio ambiente e com as fontes esgotáveis. Sempre que for possível fazer uso de fontes mais baratas, é preciso fazê-lo, não só por preocupações no âmbito das finanças pessoais, mas também ecológicas. Água quente, por exemplo, pode ser obtida por aquecimento no fogão, no forno microondas, em torneiras aquecidas por energia elétrica e por energia solar. Esta última é a melhor opção ecológica e econômica. Mas precisa de um investimento inicial em placas de captação de raios e recipientes para armazenamento da água e manutenção de temperatura.

TRANSPORTE E COMBUSTÍVEL

Combustível novamente! Agora para locomoção. A sociedade moderna, que é a sociedade das máquinas, é também, necessariamente, dos combustíveis, que as movem. Queima e explosão, luz e calor. E velocidade. Obtida não por tração animal, mas por veículos que se movem por si mesmos (automotores). Carros, caminhões, trens, navios, aviões. Veículos de transporte de cargas e pessoal. Coletivos e individuais.

Apesar de irracional do ponto de vista ecológico, econômico, da organização do espaço urbano e até da sociabilidade, predomina a preferência pelo transporte individual, sendo o carro próprio um grande sonho, pela liberdade de locomoção que representa e pelo símbolo de *status* que se tornou. Para a grande maioria, entretanto, o transporte coletivo (ônibus, metrô, trem) é a única opção, o que leva a um congestionamento que se agrava com investimentos insuficientes para atender à demanda e, conseqüentemente, à rejeição dessa opção para quem tem condições de suportar custos maiores nesse item do orçamento doméstico.

Nas localidades em que o transporte coletivo não deteriorou, pode-se optar por ele, desfrutando da tranqüilidade de não ter que dirigir, de estabelecer relações com as pessoas etc., fazendo uso do veículo próprio quando a conveniência aumentar (necessidade de locomoção mais rápida, fuga da chuva etc.). A locomoção a pé ou de bicicletas, quando possível também é recomendável, ademais por

razões de saúde. Sem a pressão de horários e/ou diante de pequenos trechos a percorrer, o transporte deve ser feito poupando combustíveis que movem máquinas e gastando o combustível (calorias) que, não queimado pelo corpo humano, é prejudicial. É impressionante o resultado de uma mudança de hábitos nesse campo.

Uma vez que o transporte individual seja escolhido e possa ser sustentado, é preciso uma série de cuidados para que seu custo, às vezes uma fatia muito significativa do orçamento pessoal ou familiar, não termine desestabilizando as finanças. O primeiro desses cuidados diz respeito à escolha do veículo a ser adquirido e da forma de financiar essa aquisição (ver Investimentos pessoais e familiares – Automóvel, a seguir). O segundo cuidado relaciona-se às despesas de manutenção. Além da evidente despesa com combustível (que deve ser de qualidade, exigindo atenção na bomba) e lubrificantes, há também despesas com revisões periódicas e consertos (tanto maiores quanto mais velho o automóvel e quanto pior a qualidade do combustível utilizado), com taxas (licenciamento, emplacamento etc.), com impostos (imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA), com pedágios, com estacionamento e flanelinhas, com seguros (obrigatório e facultativo).

É comum o esquecimento da provisão de dinheiro para depreciação, a fim de que haja recursos para quando for necessário trocar o carro. Em geral acaba-se incorrendo em financiamentos, quando o pagamento de um consórcio (custos bem menores) poderia, com planejamento, resolver o problema.

Mesmo quem tem carro próprio deve ficar atento para as oportunidades em que o uso do transporte coletivo (ou solidário – revezamentos para ida ao trabalho ou para levar filhos à escola) é suficientemente confortável e ágil, porém mais barato ou mais prático.

SERVIÇOS PESSOAIS DE TERCEIROS

Há dois tipos de serviços pessoais utilizados no âmbito das finanças pessoais: os regulares e os esporádicos. Empregadas domésticas mensalistas, faxineiras, jardineiros, piscineiros diaristas são

os regulares. Esporádicos são os serviços de eletricista, encanador, dedetizador, desentupidor, pedreiro, cabeleireiros, help desk (o cara que resolve os problemas do computador) e outros menos frequentes. Para os serviços pessoais de terceiros esporádicos deve ser provisionada uma pequena poupança, para que o orçamento mensal não seja perturbado pela ocorrência de algum acidente (um cano que vaza, um curto-circuito etc.). Há também a opção de seguros que incluem esse tipo de assistência.

Os serviços pessoais de terceiros regulares são caros e demandam cuidados trabalhistas específicos, alguns gerando vínculo empregatício. Por isso é conveniente que a contratação seja feita com a devida orientação.

Em todos os casos, contratos e recibos devem ser exigidos, para enfrentar adequadamente eventuais problemas (serviços mal-feitos ou reclamações trabalhistas).

RESTAURANTES

O uso de restaurantes em substituição ao próprio lar como local para a realização de refeições ocorre por duas razões diferentes: para abreviar o trabalho ou por prazer gastronômico. No primeiro caso o objetivo é economizar tempo ou transtornos de locomoção: é mais rápido e às vezes até mais barato comer fora. No segundo caso não se trata de uma escolha maximizadora de recursos, mas de prazer. É fundamental perceber a diferença entre as duas situações, porque na segunda, a escolha deve recair sobre um estabelecimento que domine certas especialidades ou tenha alguma singularidade, pois do contrário o preparo caseiro pode ser mais barato e chegar a resultados muito melhores. Comer fora por prazer gera uma despesa de lazer, muito mais do que de alimentação.

A alimentação em casa tem a vantagem do convívio familiar à mesa, às vezes a única ocasião para que todos se encontrem, o que pode ser um benefício de alto valor para pessoas muito ocupadas. Não havendo tempo para preparo ou auxiliar para dar conta dessa

tarefa, uma opção pode ser comprar a comida fora para comer em casa. Há muitos restaurantes especializados neste tipo de serviço, que inclusive fazem entregas.

LAZER

Uma curiosidade dos orçamentos domésticos feitos sem a devida consciência, prática ou orientação é a ausência de previsão de despesas com lazer. Mesmo em orçamentos de pessoas ou famílias de renda de média para alta. Trata-se de um erro absurdo, que deve ser prontamente corrigido. Lazer e ócio são essenciais à qualidade e vida. Embora possam ser desfrutados também sem desembolso de dinheiro (um passeio, uma visita a um amigo, uma brincadeira com um filho), na maior parte dos casos exigem algum recurso. Quando ocorre, a falta de lazer deve ser objeto de preocupação. Uma das formas de dar pela falta é exatamente pela inexistência do item no orçamento. A partir daí deve-se passar a fazer uma provisão. De início uma pequena reserva para idas quinzenais ao cinema ou ao teatro, um *happy-hour* no fim-de-semana ou coisas parecidas. Depois, fruto da organização da vida e das finanças, pode-se avançar para uma poupança mensal para uma viagem anual à praia ou às montanhas... No começo, os preços assustam; depois que os benefícios são desfrutados, eles parecem cair...

MESADA

A partir de certa idade os filhos começam a ter necessidades financeiras próprias, embora não tenham ainda fonte própria de renda. A mesada é geralmente utilizada para dar-lhes uma independência financeira relativa, além de responsabilidade sobre certos gastos. A mesada tem a função de disciplinar a relação financeira entre pais e filhos, mas também um papel pedagógico. Por isso, pode ser adotada desde muito cedo, para que a educação financeira já esteja em patamar avançado quando chegar a hora de ser plenamente utilizada. As idéias de valor do dinheiro, poupança e inves-

timento, de limites financeiros etc. são vitais e convém que sejam adquiridas o mais cedo possível, embora sem traumas.

Mais



Mesada: www.mesada.com.br



Rocha, Ricardo e Vergili, Rodney. *Esticando a mesada*. Editora Elsevier.



Cerbasi, Gustavo. *Filhos inteligentes enriquecem sozinhos*. Editora Gente.

PENSÃO JUDICIAL

Por sua natureza alimentícia, a pensão judicial deve ser paga com absoluta regularidade, estando o atraso sujeito a severas penalidades legais. Assim, o melhor procedimento a ser adotado por pessoas judicialmente separadas é autorizar o desconto já na folha de pagamento, com depósito automático na conta-corrente do(a) interessado(a). É, de fato, um dinheiro com o qual não se pode contar, devendo-se evitar, pois, todo tipo de tentação.

Cessando a renda de quem deve pagar a pensão judicial, devem ser tomadas negociadas providências, se necessário em juízo.

INVESTIMENTOS PESSOAIS E FAMILIARES

Investimentos são aquisições que se incorporam ao patrimônio da pessoa ou família, geralmente consistindo de bens duráveis, como imóveis, veículos, máquinas, equipamentos etc. Numa empresa os bens de produção – instalações, máquinas e equipamentos – são investimentos. Destinam-se a produzir bens que, vendidos a um dado preço, geram lucro. Numa família, a casa, a mobília, os diversos aparelhos (TV, fogão a gás, condicionador de ar etc.) não são bens de produção, não se destinam a produzir mercadorias para venda, mas nem por isso perdem a condição de investimentos. Aliás, muitos deles até mesmo funcionam como bens de produção: um forno, por exemplo, serve para produzir assados. Com a diferença de que não serão vendidos, mas consumidos pela própria família. A casa, de certo modo, é uma fábrica...na qual se investe para que funcione a contento, não para lucrar, mas para gerar bens e comodidades.

CASA

A casa, para morar, é o principal investimento da maioria das pessoas ou famílias, devido ao seu elevado custo, que envolve o terreno e a construção. A posse de um imóvel próprio é um sonho generalizadamente acalentado, que se justifica pela importância que têm para o ser humano o abrigo, a privacidade, a segurança e a possibilidade de permanência. A habitação, portanto, como lar, é tão carregada de valores afetivos, não mensuráveis, que se torna difícil aquilatar tecnicamente o seu benefício para compará-lo ao custo, na tomada de decisão entre comprar ou alugar, por exemplo. Do ponto de vista econômico, estritamente racional, é possível que se configurem situações em que morar pagando aluguel é

melhor alternativa do que adquirir imóvel próprio. Por exemplo: se o valor necessário para comprar ou construir uma casa à vista proporciona um rendimento financeiro duas vezes maior do que o valor do aluguel, é claramente preferível alugar, pois com o rendimento será possível pagar o aluguel e economizar valor igual a ele. Quando essa vantagem cessar, deve-se refazer as contas e verificar se não chegou a hora de enfim adquirir o imóvel. Pode ser que isso aconteça muito tempo depois, com a vantagem de que o valor acumulado para a compra com a ajuda do ganho financeiro é bem maior. Ocorre, entretanto, que a posse de um bem como a casa dá uma sensação de segurança muito maior do que a posse de dinheiro, tão volátil e arriscado.

O financiamento de imóveis tem características próprias, devido à natureza do bem. Primeiro, tem que ser um financiamento de longo prazo, para possibilitar acesso ao maior número possível de pessoas. Segundo, tem taxas de juros mais baixas em função do menor risco proporcionado pelo sistema de hipoteca: se o beneficiário do financiamento não pagar, há uma garantia sólida, o próprio imóvel, que pode ser tomado de volta. No sentido contrário ao barateamento vão as taxas de administração e os seguros obrigatórios.

É exatamente o sistema de hipotecas que cria oportunidades extraordinárias de aquisição mais barata de imóveis, principalmente por quem tem condições de pagar à vista, pois nesse sistema prédios retomados de mutuários que não pagaram suas prestações vão a leilões que resultam em preços atrativos.

A construção da casa própria é um empreendimento ao mesmo tempo prazeroso, na medida que permite aplicar a criatividade a um dos maiores sonhos de uma vida (o de ter um lugar próprio com as características pessoalmente impressas). Mas é também muito trabalhosa, já que exige habilidades de gestão financeira específica, de comando de equipes e de relacionamento com fornecedores. E paciência, muita paciência. Mesmo contratando-se um empreiteiro, os problemas são muitos, fazendo parecer, ao

longo do processo, que o fracasso é a possibilidade mais iminente. Ao final, porém, a sensação de realização é imensa.

Qualquer imóvel gera despesas de manutenção – um cano que rompe, um fio que precisa ser trocado, uma porta que empena, um vidro que quebra etc. Mas além dessas despesas, de pequena monta, que ocorrem esporadicamente, há outras, mais significativas, ligadas às necessidades de reforma e restauração. É preciso levar em conta a depreciação (desgaste provocado pelo uso ao longo do tempo) e provisionar recursos para ela, pois do contrário o a habitação pode tornar-se insalubre e desagradável, além de ocorrer desvalorização do patrimônio.

Uma despesa geralmente negligenciada com habitação é o seguro habitacional. Relativamente barato, ele proporciona indenizações nos casos de desastres (incêndio, inundações etc.) e problemas como assaltos, danos elétricos e hidráulicos etc. Muitas apólices prevêem serviços gratuitos de chaveiro, encanador, eletricista e apoio na indicação e garantia de mão-de-obra.

Na hora de construir, a tendência a incluir benfeitorias como piscinas, quiosques, jardins etc. deve ser pensada considerando-se o efetivo uso que essas benfeitorias terão e o custo de sua manutenção. Não são poucas as pessoas que imaginaram colocar-se em forma a partir do momento em que construíssem uma casa com piscina, sauna e sala de equipamentos e que, depois de realizada a primeira parte do sonho – a infraestrutura – descobriram que a segunda (o uso da infraestrutura) não acontece por falta de disposição, de tempo ou de companhia. É preciso comparar a relação custo-benefício de uma infraestrutura de lazer própria com a que se torna acessível por meio da associação a um clube desportivo e recreativo que, aliás, oferece também a chance de maior convivência social e um menu diversificado de atividades de cultura e lazer.

Casas de campo ou de praia são opções de lazer muito caras, como investimento inicial e como itens de manutenção. Devem ser consideradas apenas por pessoas com muitos recursos e/ou nos

casos em que os imóveis são ao mesmo tempo uma opção de investimento e de lazer. Do contrário, melhor usar hotéis e colônias de férias, que oferecem mais comodidades e oportunidades de convivência social.

Na compra de um imóvel usado, tomar certos cuidados, de preferência com a ajuda de um bom e confiável corretor, que cobrará por isso, mas previne perdas e dores de cabeça futuras. Além dos cuidados com as questões legais, é preciso se precaver também contra eventuais problemas físicos do próprio imóvel: localização inadequada (distâncias e vizinhança, ruídos e qualidade do ar), insolação prejudicial (sol do final da tarde aquecendo demais os quartos, por exemplo), insuficiente ventilação, pouca iluminação interna, danos em componentes hidráulicos e elétricos, duvidosa solidez das estruturas (vazamentos, infiltrações e rachaduras podem ser causados por problemas estruturais cuja solução pode ser muito cara).

Mais



Harfeld, Mauro. *Seu imóvel: como comprar bem*. Editora Fundamento.

AUTOMÓVEL

O automóvel é, ao mesmo tempo, ícone de consumo e bem essencial numa sociedade em que velocidade é condição de vida e em que o transporte coletivo é deficiente. É preciso personalidade para não ceder ao apelo publicitário de fazer do carro uma expressão das qualidades individuais, reduzindo-o àquilo que racionalmente ele é: um meio de transporte individual. Por outro lado, o aumento do nível de conforto e, em certas circunstâncias, de produtividade, proporcionado pelo veículo próprio é inquestionável. Mas tem um custo, muito superior ao do transporte coletivo. Custo de aquisição e de manutenção: impostos, seguros, licenças são custos significativos de ocorrência anual; lubri-

ficantes e peças associadas (filtros, aditivos), revisões e reparos são despesas menos freqüentes, mas crescentemente verificadas com o avanço da idade do veículo; combustível, pedágios, estacionamentos, higiene são despesas diárias ou semanais que montam total mensal considerável.

A comodidade, privacidade e liberdade proporcionadas pelo veículo próprio são tão significativas que dificilmente se suporta abrir mão delas depois de experimentadas, o que torna impraticáveis procedimentos mais racionais e baratos, como o uso de transporte coletivo para certas viagens em que isto seria mais fácil e barato, a prática de transporte solidário (revezamento de veículos), a caminhada ou uso de bicicletas, para fazer pequenos percursos.

As despesas com manutenção podem ser estabilizadas em níveis inferiores por meio de revisões preventivas periódicas, cuidados específicos (proteção da pintura, uso de tapetes etc.) e pela troca de veículo em períodos regulares, para evitar o custo com a substituição de peças muito caras que se desgastam depois de mais tempo de uso. Combustível pode ser economizado mantendo-se o motor regulado, abastecendo-se em postos confiáveis e dirigindo-se corretamente.

Na compra de um automóvel usado, tomar muito cuidado. De preferência, submetê-lo à avaliação de um mecânico de confiança, mesmo que para isso haja algum custo. Além disso, verificar muito atentamente a documentação, para não adquirir veículo roubado ou adulterado e para não assumir multas e responsabilidades do proprietário anterior. Nisso um bom e confiável despachante pode ser de grande ajuda.

As opções atualmente são muitas, tanto para novos como para usados. Os preços variam amplamente em função da potência do motor, do combustível ou combustíveis (dadas as possibilidades de combinação), do tipo de pintura, dos acessórios. Quanto às marcas, cada qual tem características favoráveis e desfavoráveis, devendo a avaliação ser feita a cada compra. Alguns carros perdem mais e outros perdem menos valor de mercado na hora da venda e este

é um aspecto de relevo a ser considerado na hora da compra, pois carros que retêm mais valor depois de usados facilitam a troca posterior, ao exigirem menos recursos adicionais. A cor é também um item a ser atentamente considerado: algumas tornam o veículo praticamente invendável.

A troca não dever ser feita muito rapidamente, pois isso eleva em demasia o custo de uso. Por outro lado, não deve também demorar muito, pois o preço de venda cai drasticamente a partir de alguns anos e a manutenção vai se tornando mais cara.

A aquisição à vista é a melhor, mas existem boas opções para a compra a prazo: consórcios e *leasing*, por exemplo. Deve ser feito um levantamento prévios das possibilidades, tomando-se a decisão depois das comparações.

Seguros facultativos contra roubos, sinistros e acidentes são caros, mas valem a pena. Eles devem ser devidamente pensados, pois normalmente são calculados à base de um menu de itens que inclui elementos pouco importantes; por outro lado, às vezes deixam de fora ou cobrem insuficientemente eventos e serviços essenciais. Um bom e confiável corretor pode ajudar na escolha, maximizando garantias e reduzindo custos.

EDUCAÇÃO

Educação não costuma ser objeto de desejo como casa e carro próprios. Mas figura entre as despesas consideradas obrigatórias pelas famílias em relação aos filhos, diante da emergência do ensino particular provocada pela queda de qualidade do ensino público, no nível básico, e pela dificuldade de acesso no nível superior. E trata-se de uma despesa pesada, amplificada pelo número de filhos do casal e pelo grau de exigência colocado para a formação. Tanto que é considerada um investimento, não só pelo retorno que promete (embora nem sempre cumpra), mas pelo volume de recursos exigidos por um período longo de tempo. Por isso, precisa ser uma despesa planejada: reservas financeiras precisam ser feitas antecipadamente; providências maximizadoras precisam ser

tomadas (administrando a evolução das condições de acesso, verificando melhores alternativas de formação e melhores instituições educacionais) etc.

O conceito de educação continuada, que vem crescentemente ganhando espaço, está fazendo com que o item educação se torne permanente nos orçamentos individuais, quando antes o eram apenas nos orçamentos familiares. Cursos de capacitação, de especialização, pós-graduação e congêneres disputam atenção e recursos no mercado, nem sempre cumprindo o que prometem. Por isso muita cautela e avaliação são necessárias ao decidir por investimentos em formação, capacitação e treinamento. Sempre que for possível acesso a cursos com recursos bancados pelos empregadores a oportunidade deve ser aproveitada, devendo o empregado tentar negociar a divisão de custos quando a iniciativa é sua.

A luta por ensino público de qualidade deve ser incluída na agenda de preocupações pessoais e familiares, com o duplo intuito de reduzir as despesas pessoais no item educação e conseguir maior retorno dos recursos pagos por meio de tributos. Deve-se considerar também que certos aspectos da educação (pesquisa, por exemplo, que é muita cara e sem retorno imediato na maioria dos casos) não serão jamais bem cuidados pelo ensino particular numa sociedade em que o financiamento privado é muito limitado. Mensalidades escolares não suportam o custo de pesquisas – teriam que ser muito elevadas.

MÓVEIS E DECORAÇÃO, ELETRODOMÉSTICOS E ELETRO-ELETRÔNICOS

Equipar uma casa pode custar mais até do que a própria casa, dependendo das dimensões e do padrão de construção e da sofisticação e volume de mobília e adereços. São levados em conta não só a funcionalidade dos móveis e dos ambientes, mas também questões estéticas. Contemporaneamente as opções são inúmeras e dos mais variados preços, havendo espaço para escolhas tecnológicas como nunca existiu no passado: uma casa pode hoje ter uma

sala de projeção melhor que certos cinemas, um escritório mais equipado que o de muitas empresas, salas de ginástica completas, espaços com alta tecnologia para a prática de *hobbies* etc.

Assim, o bom senso deve prevalecer na hora de tomar decisões no campo dos móveis e decoração. O perfil pessoal e familiar e as condições de renda devem ser o ponto de partida para as escolhas. Projetos podem ser concebidos para serem concluídos ao longo dos anos, proporcionando o permanente prazer de ir transformando o ambiente aos poucos e sentindo a conquista dos acréscimos. Pesquisas devem ser feitas para identificar não só os melhores preços e oportunidades, mas também para que sejam descobertas as diversas possibilidades oferecidas pelo mercado para cada necessidade.

Embora duráveis, móveis e elementos de decoração não são infinitos. De tempos em tempos precisam ser reformados ou substituídos, em decorrência de obsolescência física, tecnológica ou de tendência. Um sofá que quebra, uma pintura do tipo que já não se usa mais, um aparelho de som que não aceita o novo formato de mídia de suporte às canções preferidas – em todos os casos, investimentos são necessários para renovação. As escolhas iniciais devem inclusive levar em conta a necessidade futura de troca.

Deve-se tomar muito cuidado com os eletrodomésticos, ferramentas e utensílios de cozinha. Há uma profusão deles, alguns despertando os mais estapafúrdios desejos de consumo, que depois se frustram e deixam a casa entulhada de bugigangas. Eles são, também, os itens de compra mais suscetíveis de reclamações quanto ao mau funcionamento e defeitos. Por isso, todos os elementos necessários para assistência técnica devem ser reunidos para não haver perda de dinheiro e desapontamento.

IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TARIFAS

Os tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria) e as contribuições para-fiscais (previdenciária, anuidades de conselhos profissionais etc.) abocanham uma parcela grande das receitas pessoais. Embutidos nos preços estão os impostos indiretos (sobre produtos industrializados, sobre circulação de mercadorias etc.), recolhidos a cada compra; periodicamente são pagos os impostos diretos (sobre propriedade de imóveis e de veículos, sobre a renda etc.). A possibilidade de sonegação para a pessoa física é praticamente impossível, assim como a elisão; os tributos cobrados dos indivíduos são em sua maioria descontados na folha de pagamento ou cobrados no momento das compras; os que devem ser declarados, devem sê-lo por meio de mecanismos que deixam margens estreitas e arriscadas para dribles e burlas.

Além dos tributos existem as contribuições (sindicais, associativas etc.) e as tarifas (bancárias, pelo uso de serviços públicos, pela expedição de documentos etc.).

Não há, na verdade, muito o que fazer para economizar em tributos. Contra a voracidade fiscal (irmã gêmea da crise fiscal que abala todos os governos) é preciso espernear e ficar de olho para não pagar mais do que é exigido (escolhendo o modelo certo de declaração de imposto de renda e usando todos os abatimentos possíveis, por exemplo, por meio da solicitação e guarda dos documentos necessários; conhecendo e reivindicando todos os tipos de benefícios permitidos pela lei etc.). Não se deve cair na tentação de não pagar tributos lançados, pois eles serão incluídos na chama-

da dívida ativa: mais tarde será preciso pagá-los com juros e multas, quando não com honorários advocatícios, se cobrados em juízo.

Quanto às tarifas, principalmente as bancárias, pode-se, por exemplo, concentrar operações para ganhar escala e obter redução e até isenção. Não havendo essa possibilidade, convém escolher um tipo de relacionamento bancário que contenha somente os serviços essenciais e custe menos, pois toda instituição tem um menu de possibilidades, embora prefira sempre vender o “prato” mais caro, mesmo que contenha “delícias” não apreciadas pelo freguês.

Contribuições voluntárias, de natureza filantrópica, constituem uma prática solidária louvável. Devem constar do orçamento de quem tem condições de bancá-las. Entretanto, dois reparos são necessários. Primeiro, elas não são um bom substituto das políticas públicas: o governo deve ser chamado à responsabilidade no socorro às vítimas de fatalidades e aos mais pobres. Nisso tem um papel muito importante o comportamento político da classe média, com sua influência na opinião pública. Segundo, deve-se definir um valor mensal de contribuição e destinar às pessoas ou instituições que sejam consideradas as mais meritórias ou necessitadas. Solicitações novas, que estão sendo cada vez mais feitas por visitas, telefones e envio de correspondência, devem ser recusadas, a não ser que haja uma realocação entre entidades dos valores já destinados a esta finalidade. Todos são responsáveis pelos outros, mas isso deve ter um limite.

Mais



Secretaria da Receita Federal: www.receita.fazenda.gov.br

CRÉDITO E DÍVIDAS

Crédito é bom sempre ter, mas usar só moderadamente, se evitar for impossível (como muitas vezes é). É bom ter porque aumenta a segurança diante de imprevistos. É preciso usar moderadamente porque custa. Comprando-se a crédito paga-se não só pelo bem adquirido, mas também pelo “aluguel do dinheiro” (juro).

Quanto mais um indivíduo dispõe de recursos (aplicações financeiras num banco, por exemplo), menos ele precisa de empréstimos e, contraditoriamente, mais o banco lhe oferece (limite de cheque especial, linhas de financiamento para casa, veículo etc.). Claro, quem tem dinheiro para emprestar quer colocá-lo nas mãos de quem oferece menos risco (exatamente quem tem mais dinheiro ou facilidade para ganhá-lo) e vice-versa. O que todo detentor de dinheiro quer é não deixá-lo parado, pois assim nada ganha – tem que emprestar. Para quem? Para quem oferece maior garantia ou, na falta desta, aceita pagar muito juro.

Dívidas, evitar. Elas são uma forma velada de escravidão, uma espécie de hipoteca do bem-estar futuro. Quando forem contraídas – sempre mediante contratos justos e bem compreendidos, de preferência – que sejam abatidas o mais rapidamente possível ou que as prestações sejam colocadas sob estrito controle, evitando-se atrasos. Diante de uma impossibilidade de pagamento, sempre negociar. Quando o endividamento for muito grave (representar um percentual muito significativo do patrimônio ou comprometer com prestações muito da receita mensal), reestruturá-lo, assumindo uma dívida só (nova, com juros menores), para pagar várias, se possível, ou promovendo recomposição patrimonial (vendendo um bem pessoal para pagar a dívida, comprando ou não outro mais barato, depois).

Há, entretanto, com relação às dívidas, uma exceção: a contraída para ampliar ganhos. Um exemplo ilustra o caso: um represen-

tante comercial que não dispõe de meios para adquirir um carro à vista compra-o em 36 prestações, pagando juros elevados; com o carro e já descontados combustível, manutenção, depreciação e o empréstimo, ele passa a ter um ganho 20% superior ao que poderia obter com menor número de visitas a clientes. Esse representante comercial passou a ganhar mais dinheiro fazendo uso do dinheiro alheio. Se tudo continuar correndo bem no seu ramo de negócios, ele em breve se tornará livre da necessidade de tomar dinheiro emprestado e provavelmente poderá se endividar com tranquilidade para comprar sua casa própria, pois a prestação não será mais um percentual proibitivo de seus ganhos mensais, agora ampliados por maior número de contatos.

O tema dívidas remete para outro assunto correlato: comprar a vista ou comprar a prazo. A dívida é o resultado de compra(s) a prazo. Se a dívida não é recomendável, as compras a prazo também não são, evidentemente (a não ser nas situações excepcionais, como exemplificado anteriormente). A melhor compra é a que se paga à vista, da perspectiva do comprador. Do ponto de vista do vendedor, isso nem sempre ocorre. As compras a prazo permitem ao vendedor ampliar suas receitas e consolidar um faturamento ao longo do tempo, apesar do risco envolvido (inadimplência, calote etc.); e permitem, ainda, ganhar dinheiro emprestando para seus clientes que não podem pagar à vista. É por isso que muitas vezes lojas de roupas ou de eletrodomésticos praticamente impedem o consumidor de comprar à vista, falsamente anunciando que o preço em três pagamentos, por exemplo, é o mesmo que à vista. Para o consumidor, neste caso, não compensa comprar à vista porque não terá desconto; o lojista, entretanto, respeitando a matemática financeira, teria que retirar os juros necessariamente embutidos no preço a prazo. Ninguém suficientemente bem informado acredita que o dinheiro “emprestado” pelo lojista por dois meses (já que são três prestações, no exemplo, uma delas paga no ato da compra) não está recebendo juros, pois ele não o empataria no seu negócio se pudesse com ele obter juros maiores do que está obtendo nas vendas a prazo que faz.

Mais



Endividado.com: www.endividado.com (contém inclusive uma cartilha do consumidor, além do Código de Defesa do Consumidor)



ANUCC – Associação Nacional dos Usuários de Cartão de Crédito: www.anucc.org.br



SERASA: www.serasa.com.br

APLICAÇÕES FINANCEIRAS, INVESTIMENTOS E APOSENTADORIA

As aplicações financeiras devem ser entendidas nas finanças pessoais como um procedimento para colocar o dinheiro para “trabalhar” para a pessoa ou para a família, reduzindo, portanto, a necessidade de trabalhar para sobreviver (quanto mais juros se ganha, menos é necessário “correr atrás” de salário). Além de proporcionar segurança diante de imprevistos e facilidade para aproveitar oportunidades de negócios que aparecem subitamente, o dinheiro poupado e aplicado sistematicamente é a garantia de renda quando não for mais possível ganhar dinheiro trabalhando.

Aposentadoria é isso: manter uma renda mesmo depois de cessadas as atividades profissionais. De onde vem esse dinheiro que o aposentado recebe e o governo paga, através de seu instituto de previdência social? De uma parcela do salário mensal do trabalhador retida compulsoriamente pelo governo, complementada por um recolhimento feito pela empresa proporcionalmente às suas despesas com pessoal. Ou seja, de uma poupança forçada. Como o que é possível retirar dos salários tem um limite relativamente baixo, a aposentadoria a pagar também tem um teto relativamente baixo. Por isso se faz necessário um plano complementar de aposentadoria.

Um plano complementar de aposentadoria nada mais é, novamente, do que uma poupança regular (voluntária ao invés de compulsória), aplicada no mercado financeiro. Pode ser um plano pessoalmente elaborado e conduzido ou a adesão a um plano oferecido por uma instituição financeira. Uma pessoa que tenha

suficientes habilidades, disposição e disponibilidade de tempo para administrar seus próprios recursos poupados não precisa aderir a um plano de terceiros (que lhe cobrarão por isso): compõe uma carteira de aplicações (imóveis, ações, títulos de empresas, títulos da dívida pública etc.) e a gerencia buscando o melhor rendimento médio mensal possível. Se não quiser ou não souber fazer isso, pode optar por iniciar uma conta num plano oferecido por uma instituição financeira, com a vantagem de que terá profissionais tratando de seu dinheiro, às vezes conseguindo remuneração maior, mesmo depois de descontadas as taxas de administração, mas também com os riscos envolvidos.

Sempre ter disponibilidades financeiras, já se disse, é uma meta básica da boa gestão das finanças pessoais. Atingida essa meta, será necessário, adicionalmente, bem administrar essas disponibilidades, distribuindo-as entre oportunidades de aplicação que, considerados o prazo (ou liquidez) e o risco, ofereçam a melhor relação custo-benefício. É possível ganhar mais (ou perder) correndo risco maior ou ganhar menos (ou perder) correndo risco menor. Mais risco, mais juros e vice-versa. Ficando mais tempo indisponível (tendo menor liquidez), mantida constante a taxa de juros, o recurso aplicado renderá mais.

O aplicador deve, portanto, decidir por quanto tempo pode abrir mão do dinheiro que possui e o tanto de risco que está disposto a correr, antes de escolher onde e em quê aplicá-lo. Não há boa aplicação financeira para quem não tenha feito previamente essa avaliação. É por isso que diante da pergunta “Qual a melhor aplicação disponível no mercado”, um economista ou gerente de banco deve responder: “Depende”. Dinheiro disponível por mais tempo deve se destinar a um tipo de aplicação (aquele que rende mais no longo prazo) e dinheiro disponível por menos tempo deve ser aplicado em outra modalidade de ativo financeiro.

Os ativos reais (um imóvel, por exemplo) têm baixa liquidez, ou seja, não podem ser convertidos em dinheiro imediatamente. Mas no longo prazo valorizam mais do que qualquer aplicação

financeira (exceto em casos excepcionais, como deterioração da área onde se localiza, por exemplo). Ainda que na mesma categoria de ativos – imóveis – há diferenças a considerar: um terreno, um prédio residencial e um prédio comercial são ativos reais transacionados em mercados diferentes, respeitando lógicas de valorização e desvalorização distintas. De um terreno é possível esperar apenas valorização imobiliária: aplica-se R\$ 10.000 hoje e obtém-se R\$ 20.000 pela venda daqui a 5 anos, por exemplo. De uma casa obtém-se o mesmo tipo de valorização, mas com redução do valor do prédio, que se deprecia fisicamente com o tempo; por outro lado, a casa pode render aluguéis mensais.

Os ativos financeiros (títulos), ao contrário dos reais, têm sua liquidez regulada pelas condições contratuais: são papéis, contratos, que estabelecem condições, prazo de vencimento e remuneração (fixa ou variável). Pode-se comprar um título da dívida pública a vencer em seis meses ou em dez anos. Há ativos de renda fixa e de renda variável. Os de renda variável mais expressivos são os bursáteis (negociados em bolsa, tendo seu valor atualizado diariamente em função da oferta e demanda). Com eles é possível perder e ganhar do dia para a noite; é possível tanto ganhar muito quanto perder tudo – são muito arriscados, exigindo gestão profissional. No longo prazo tendem a render mais do que outros ativos financeiros, mas é preciso saber a hora certa de comprar e vender. É o caso das ações de empresas de capital aberto, por exemplo.

Os ativos de renda fixa são títulos em que o rendimento é estabelecido a priori, com base numa taxa escolhida, por exemplo os juros dos depósitos interbancários. Certificados de depósitos bancários (CDB's), títulos da dívida pública (LTN's) e outros são os exemplos.

Os aplicadores podem fazer seus próprios negócios no mercado, para isso estabelecendo relacionamentos e mantendo uma vigilância pessoal sobre o andamento dos negócios, ou podem optar por aplicações em fundos de investimento financeiro, que são uma espécie de “condomínio” de aplicadores. Nesses fundos, cada apli-

cador compra uma quantidade de quotas, recebendo rendimentos proporcionalmente a elas e pagando uma taxa de administração à instituição que gere o fundo. Além da comodidade e segurança proporcionada pela atuação de especialistas das mais diversas modalidades de aplicação existentes no mercado, esses fundos permitem também uma diversificação bastante interessante, na medida em que existem várias opções de fundos, de acordo com o grau de risco que se deseja assumir.

As taxas de administração e a tributação são abatimentos que incidem sobre os rendimentos, devendo ser cuidadosamente calculadas para se chegar ao rendimento de fato. Assim, é importante conhecer as taxas e verificar se realmente a escolha do fundo compensa (taxas baixas também devem gerar desconfiança). A tributação a considerar abarca vários fatores, a saber: i) imposto de renda sobre o rendimento, que varia conforme o prazo da aplicação; ii) imposto sobre operações financeiras – IOF, que incide em alguns casos e outros não; iii) contribuição sobre movimentação financeira – CPMF, que pode não incidir fazendo uso da conta-investimento e fazendo transferências de contas de mesma titularidade. Recursos que possam permanecer por longos períodos podem se beneficiar do tratamento diferenciado oferecido para planos de previdência privada (PGBL e VGBL) e outros.

Ao calcular o rendimento deve-se fazê-lo do ponto de vista nominal e real. O rendimento nominal é aquele informado pelo banco no extrato (bruto, antes da tributação; líquido, descontados os tributos). O rendimento real é este dado atualizado por um índice de inflação (descontada a inflação).

O mercado financeiro oferece muitos riscos e com frequência é alvo de diferentes tipos de aproveitadores, que aplicam os famosos “golpes do vigário” – oferecem supostos ganhos fáceis para extorquir dinheiro de pessoas incautas. Mesmo dentro de sua normalidade e ética, o mercado financeiro deve ser abordado pelos aplicadores com o máximo de consciência das regras, direitos e deveres. Ele é extensa e complexamente regulamentado

para evitar problemas. É importante conhecer os regulamentos do mercado em que se atua e ter referências das instituições com que se trabalha.

Quem ganha no mercado financeiro é quem sabe a hora de comprar e de vender papéis e posições, apostando em mudanças futuras. Não há regras matemáticas exatas a serem seguidas, pois tudo depende de como os demais “jogadores” reagirão aos acontecimentos presentes e imaginados para o futuro. Quem ganha não é quem sabe o que vai acontecer no futuro, mas quem sabe ler e interpretar o que os demais investidores estão achando hoje que vai acontecer amanhã, mais tecnicamente, quem sabe interpretar os “juízos convencionais”. Assim, a capacidade de analisar a conjuntura econômica, ou quadro atual de posicionamento dos diferentes interesses econômico-financeiros, é vital para o investidor, envolvendo não só o conhecimento de dados e informações, mas também a capacidade de interpretá-los. Uma regra para minimizar o efeito dos riscos é a diversificação de portfólio: com ela se mantém um rendimento médio, evitando grandes perdas, embora abrindo mão de grandes ganhos.

Mais



Financenter: <http://financenter.terra.com.br>



Invertia: <http://br.invertia.com>



Instituto de Estudos Financeiros: www.ief.com



Clube do Pai Rico: www.clubedopairico.com.br



Infomoney: <http://www2.uol.com.br/infopessoal>



Planeta Dinheiro: <http://pladin.uol.com.br>



ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimento:
www.anbid.com.br



BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo: www.bovespa.br



INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social: www.previdencia.gov.br.



Previdência complementar: www.previdenciasocial.gov.br/spc/participante/index.asp



Ferreira, Luiz Francisco Roge. *O investidor em ação – Gestão de investimentos para pessoas físicas*. Editora Qualitymark.



Fortuna, Eduardo. *Mercado financeiro – Produtos e serviços*. Editora Qualitymark.



Garcia, Fábio Gallo e Eid Jr., William. *Como fazer investimento*. Editora Publifolha.



Gradilone, Cláudio. *Investindo sem susto*. Editora Campus.



Harfeld, Mauro. *Investimentos – Como administrar melhor o seu dinheiro*. Editora Fundamento.



Kyosaki, Robert e Lechter, Sharon. *O guia de investimentos*. Editora Campus.



Luquet, Mara. *Guia Valor Econômico da aposentadoria*. Editora Globo.



McElroy, Ken. *Imóveis: como investir e ganhar muito dinheiro*. Editora Fundamento.



Chancellor, Edward. *Salve-se quem puder*. Editora Companhia das Letras.

DIREITO DO CONSUMIDOR E DO INVESTIDOR

Nas finanças pessoais e familiares a principal condição dos agentes econômicos é a de consumidor, uma vez que produtores são as empresas, pessoas jurídicas, organizações estruturadas para produzir e/ou distribuir bens e serviços. Assim, o direito do consumidor, amplamente difundido nos dias atuais, como forma de melhorar as relações de compra e venda, é um tema diretamente relacionado à gestão do orçamento doméstico.

A legislação assegura ao consumidor a qualidade do produto ou serviço, a regularidade na entrega, a assistência técnica e garantia, preços adequados etc. No Brasil existe o Código de Defesa do Consumidor (Lei número 8.078, de 11/09/1990) e uma rede de apoio ao respeito a ele, constituída de órgãos públicos e organizações não-governamentais. É recomendável o conhecimento dessa legislação, muito útil em inúmeras situações.

Importante ressaltar que a melhor forma de fazer transações com segurança e satisfação é estabelecendo relações de consumo baseadas em confiança e fidelidade: ser freguês regular é uma das melhores maneiras de obter bom tratamento e respeito. Mas isso não é possível em todas as circunstâncias, pois muitos bens e serviços são comprados esporadicamente e às vezes fora do local de residência do consumidor.

Para defender-se de abusos e irregularidades, o consumidor deve documentar as transações e manter sob sua guarda os respectivos documentos, a fim de instruir processos que se façam necessários. Esses processos, dependendo do valor, podem tramitar em instâncias que decidem rapidamente.

A existência de leis que assegurem os direitos do consumidor não é suficiente para que ele estabeleça as melhores e mais seguras relações de consumo. Ele precisa ser um consumidor consciente e ativo em defesa de seus interesses. O consumidor consciente pesquisa e negocia preços, conhece as especificações dos produtos, lê os manuais, observa a data de validade dos produtos, exige e lê contratos, avalia a diferença entre preços à vista e a prazo, conhece seus direitos e sabe como fazer para que sejam respeitados.

O principal patrimônio de um consumidor, além dos seus bens, é seu “nome limpo”, sem o qual não tem acesso a crédito. Existe todo um sistema de defesa dos interesses dos vendedores e fornecedores de crédito que se encarrega de identificar e dificultar a continuidade de atuação de devedores duvidosos e contumazes. Sistemas de registro de dívidas, de protestos, de cheques sem fundos e congêneres estão hoje em dia ligados em rede para dificultar o acesso de consumidores com “nome sujo” às compras e ao crédito. É fundamental, pois, regularizar a situação sempre que houver algum problema, que pode ocorrer inclusive por fraude cometida por terceiros, fazendo uso de documentos perdidos ou roubados.

Mais



ProTeste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor:
www.proteste.com.br



Portal do Consumidor: www.portaldoconsumidor.com.br



Procon: www2.mj.gov.Br/controlaprocon/frmLogon.aspx



IDEC – Instituto de Defesa do Consumidor: www.idec.org.br



DPDC – Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor:
www.mj.gov.br/dpdc



Consumernews: www.consumernews.com.br

O investidor (ou consumidor de ativos financeiros) atua num dos mercados mais arriscados, pois compra papéis e promessas,

num cenário de incerteza. Faz parte do mercado em que ele atua a aposta feita em cenários futuros, podendo haver ganho ou perda. Cada investidor faz escolhas de aplicações em função de seu apetite e perfil (conservador, moderado, agressivo etc.). Entretanto, entre os riscos não deve figurar qualquer tipo de trapaça, uso de informações privilegiadas, sonegação de informações, decisões à revelia dos interessados etc. É por isso que o mercado financeiro é obrigado a seguir uma enorme quantidade de normas. Cada mercado tem as suas, específicas, além das normas gerais, que é preciso conhecer.

Entre as exigências impostas às instituições que captam aplicações financeiras (corretoras, bancos de investimento, bolsas etc.) figuram as que obrigam à transparência e à abertura de possibilidades de participação nas decisões. Informações detalhadas devem ser sempre fornecidas para embasar as decisões dos aplicadores; decisões que afetem o desempenho devem ser sempre comunicadas a eles.

Mais



CVM - Comissão de Valores Mobiliários: www.cvm.com.br .
Contém um guia de defesa e orientação do investidor.

BIBLIOGRAFIA SOBRE FINANÇAS PESSOAIS E ASSUNTOS CONEXOS

Os conhecimentos básicos sobre finanças pessoais podem ser complementados ou aprofundados por meio da bibliografia disponível em português sobre o assunto, a seguir indicada.

AUTOR	TÍTULO	EDITORA
Andrade, Julio de Sampaio de	<i>O espírito do dinheiro</i>	Qualitymark
Anker, Tomás e Kanamoto, Carlos Tadao	<i>Seu dinheiro em boas mãos</i>	Futura
Axelrod, Alan	<i>201 maneiras de administrar melhor o seu tempo</i>	Manole
Bauer, Udibert Reinoldo	<i>Calculadora HP-12C: manuseio, cálculos financeiros e análise de investimentos</i>	Atlas
Belsky, Gary e Gilovich, Thomas	<i>Proteja seu dinheiro de você mesmo</i>	Futura
Blanco, Sandra	<i>Mulher inteligente valoriza o dinheiro, pensa no futuro e investe</i>	Qualitymark
Blatt, Adriano	<i>Contabilidade para quem não entende do assunto</i>	Negócio
Blatt, Adriano	<i>HP12C - Manual prático de utilização da calculadora financeira</i>	STS Publicações
Breton, Philippe	<i>Como argumentar em situações financeiras</i>	Manole
Bussinger, Eliana	<i>Lei do dinheiro para mulheres</i>	Campus

AUTOR	TÍTULO	EDITORA
Cerbasi, Gustavo Petrasunas	<i>Casais inteligentes enriquecem juntos</i>	Gente
Cerbasi, Gustavo Petrasunas	<i>Filhos inteligentes enriquecem sozinhos</i>	Gente
Cerbasi, Gustavo Petrasunas	<i>Dinheiro: os segredos de quem tem</i>	Campus
Chancellor, Edward	<i>Salve-se quem puder</i>	Companhia das Letras
Clason, George S.	<i>O homem mais rico da Babilônia</i>	Ediouro
Clements, Jonathan	<i>Mitos que você deve evitar</i>	JSN/Letras e Lucros
Eid Júnior, William	<i>Guia Folha sobre finanças</i>	Publifolha
Eker, Haw T.	<i>Os segredos da mente milionária</i>	GMT
Ewald, Luis Carlos	<i>Sobrou dinheiro – Lições de economia doméstica</i>	Bertrand Brasil
Ferreira, Luiz Francisco Roge	<i>O investidor em ação – Gestão de investimentos para pessoas físicas</i>	Qualitymark
Fortuna, Eduardo	<i>Mercado financeiro – Produtos e serviços</i>	Qualitymark
Frankenberg, Lois	<i>Seu futuro financeiro – Você é o maior responsável</i>	Campus
Frankenberg, Louis	<i>Guia prático para cuidar do seu orçamento – Viva melhor sem dívidas</i>	Campus
Gallagher, Lilian	<i>Como aumentar seu patrimônio</i>	Campus
Garcia, Fábio Gallo e Eid Jr., William	<i>Como fazer investimento</i>	Publifolha
Gitman, Lawrence Jeffrey	<i>Princípios de administração financeira</i>	Pearson Edu- cation

AUTOR	TÍTULO	EDITORA
Gradilone, Cláudio	<i>Investindo sem susto</i>	Campus
Halfeld, Mauro	<i>Investimentos – Como administrar melhor o seu dinheiro</i>	Fundamento
Halfeld, Mauro	<i>Seu imóvel: como comprar bem</i>	Fundamento
Halfeld, Mauro	<i>Seu dinheiro</i>	Fundamento
Keeffe, Carol	<i>Faça o máximo com o dinheiro que você tem</i>	Campus
Kronberg, Elcio	<i>Gestão de patrimônio pessoal</i>	Hemus
Kyosaki, Kim	<i>Mulher rica – O livro do investimento para mulheres</i>	Campus
Kyosaki, Robert e Lechter, Sharon	<i>O guia de investimentos</i>	Campus
Kyosaki, Robert e Lechter, Sharon	<i>Filho rico, filho vencedor</i>	Campus
Kyosaki, Robert e Lechter, Sharon	<i>Independência financeira</i>	Campus
Kyosaki, Robert e Lechter, Sharon	<i>Como ficar rico sem cortar os cartões de crédito</i>	Campus
Kyosaki, Robert e Lechter, Sharon	<i>Histórias de sucesso do pai rico</i>	Campus
Kyosaki, Robert e Lechter, Sharon	<i>Pai rico em quadrinhos</i>	Campus
Kyosaki, Robert e Lechter, Sharon	<i>Profecias do pai rico</i>	Campus
Kyosaki, Robert e Lechter, Sharon	<i>Pai rico, pai pobre</i>	Campus
Kyosaki, Robert e Lechter, Sharon	<i>Quem mexeu no meu dinheiro</i>	Campus

AUTOR	TÍTULO	EDITORIA
Kyosaki, Robert e Lechter, Sharon	<i>Pai rico, pai pobre para jovens</i>	Campus
Kyosaki, Robert e Lechter, Sharon	<i>Aposentado jovem e rico</i>	Campus
Kyosaki, Robert e Lechter, Sharon	<i>Como comprar e vender empresas e ganhar muito dinheiro</i>	Campus
Leboeuf, Michael	<i>Você milionário</i>	Campus
Leite, Helio de Paula	<i>Introdução à Administração Financeira</i>	Atlas
Luquet, Mara	<i>Guia Valor Econômico de finanças pessoais</i>	Globo
Luquet, Mara	<i>Guia Valor Econômico da aposentadoria</i>	Globo
Martins, José Pio	<i>Educação financeira ao alcance de todos</i>	Fundamento
Matias, Alberto Borges e Lopes Jr., Fábio	<i>Administração financeira nas empresas de pequeno porte</i>	Manole
McElroy, Ken	<i>Imóveis: como investir e ganhar muito dinheiro</i>	Campus
Montella, Mauro	<i>Decifrando o economês – 300 perguntas e respostas</i>	Qualitymark
Nasajon, Cláudio	<i>Planeje-se – Um plano estratégico para a felicidade pessoal</i>	Campus
Paschoarelli, Rafael	<i>A regra do jogo</i>	Saraiva
Pereira, Glória Maria Garcia	<i>A energia do dinheiro</i>	Campus
Pereira, Glória Maria Garcia	<i>Personalidades do dinheiro</i>	Campus
Rocha, Janes	<i>Guia Valor Econômico de seguros</i>	Globo

AUTOR	TÍTULO	EDITORIA
Rocha, Ricardo e Vergili, Rodney	<i>Esticando a mesada</i>	Elsevier
Segundo Filho, José	<i>Finanças pessoais – Invista no seu futuro</i>	Qualitymark
Shehenini, Paulo Henrique e Bonavitta, J. R.	<i>Finanças para não-financeiros</i>	SENAC Rio
Silva, Eduardo D.	<i>Gestão em finanças pessoais</i>	Qualitymark
Silvestre, Marcos	<i>Casamento dos sonhos (casamento + dinheiro)</i>	Negócio
Sohsten, Carlos von	<i>Como cuidar bem do seu dinheiro</i>	Qualitymark
Trump, Donald J. e McIver, Meredith	<i>Como ficar rico</i>	Campus
Vieira Sobrinho, José Dutra	<i>Matemática financeira</i>	Atlas
Werner, René A.	<i>Família & negócios – um caminho para o sucesso</i>	Manole
Zaremba, Victor	<i>Cuide do seu dinheiro</i>	Saraiva
Zaremba, Victor	<i>O milionário que existe em você</i>	Record
	<i>Guia PEGN – Como montar seu próprio negócio</i>	Globo

Para um acompanhamento mais cotidiano dos assuntos de interesse no campo das finanças pessoais podem ser utilizados alguns jornais e revistas. Os jornais especializados em economia de maior circulação no Brasil são a *Gazeta Mercantil*, o *Valor Econômico* e o *Jornal do Comércio*. Os cadernos de economia de grandes jornais também são muito úteis (*Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil*). As revistas mais conhecidas são *Exame*, *Você SA*, *Estadão Investimentos*, *Isto é Dinheiro*, *Forbes Brasil*, *Amanhã*, *América Economia*, *Investidor Individual*, *Investidor Institucional*, *Revista Bovespa* e *Valor Investe*. As semanais *Vêja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital* também trazem matéria sobre economia e finanças.

FINANÇAS PESSOAIS E ASSUNTOS CONEXOS NA INTERNET

No Brasil já existem numerosos portais, *sites* e *home pages* especializados em finanças pessoais ou relacionados a elas. Alguns dos mais interessantes são apresentados abaixo. Navegando por eles, ou consultando-os diante de alguma dúvida ou interesse específico, dificilmente um consumidor ou investidor mediano deixará de encontrar o que precisa.

INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO*
ABECS – Associação Brasileira de Cartões de Crédito e Serviços	www.abecs.org.br
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações	www.anatel.gov.br
ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimento	www.anbid.com.br
ANDIMA – Associação Nacional dos Bancos de Investimento	www.anbid.com.br
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica	www.aneel.gov.br
ANUCC – Associação Nacional dos Usuários de Cartões de Crédito	www.anucc.org.br
Banco Central do Brasil	www.bancocentral.gov.br
BOVESPA	
Calculadoras	www.msn.com.br/financas/calculadoras

INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO*
Carreiras	http://carreiras.empregos.com.br
Clube do Pai Rico	www.clubedopairico.com.br
Com Dinheiro	www.comdinheiro.com.br
Como Investir - ANBID	www.comoinvestir.com.br
Consumernews	www.consumernews.com.br
CORECON-SP – Conselho Regional de Economia da 2ª. Região – São Paulo	www.coreconsp.org.br
CVM – Comissão de Valores Mobiliários	www.cvm.com.br
DPDC – Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor	www.mj.gov.br/dpdc
Endividado.com	www.endividado.com
Finanças da Família	www.financasdafamilia.com.br
FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos	www.febraban.org.br
Finanças Pessoais – Jorge Luís Santos	www.sobresites.com/financaspessoais
Finanças Pessoais - Investimentos	http://br.pfinance.yahoo.com/
Finanças Práticas (VISA)	www.financaspraticas.com.br
Financenter	http://financenter.terra.com.br
IDEC – Instituto de Defesa do Consumidor	www.idec.org.br
InfoMoney	http://www2.uol.com.br/infopessoal
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social	www.previdencia.gov.br
Instituto de Estudos Financeiros	www.ief.com

INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO*
Invertia	http://br.invertia.com
Investshop	www.investshop.com.br/
Mais Dinheiro	www.maisdinheiro.com.br
Mesada	www.mesada.com.br
Meu Salário	http://meusalario.uol.com.br
Ministério da Fazenda	www.fazenda.gov.br
Mulherinvest	www.mulherinvest.com.br
Planeta Dinheiro	http://pladin.uol.com.br
Portal do Consumidor	www.portaldoconsumidor.com.br
PROCEL – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica	http://www.elektrobras.gov.br/ELB/procel/main.asp
PROCON	www2.mj.gov.Br/control-procon/frmLogon.aspx
ProTeste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor	www.proteste.com.br
Receita Federal	www.receita.fazenda.gov.br
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	www.sebrae.com.br
SERASA	www.serasa.com.br
Seu Bolso – O Globo	http://oglobo.globo.com/economia/seubolso
SUSEP – Superintendência de Seguros Privados	www.susep.gov.br
Terremoto	www.terremoto.com.br
Vida Econômica	www.vidaeconomica.com.br

* Os endereço informados podem mudar ou sair do ar de acordo com a política dos mantenedores.